PLANO MAIS IDH DIAGNÓSTICO AVANÇADO

AMAPÁ DO MARANHÃO



IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

PLANO MAIS IDH
DIAGNÓSTICO AVANÇADO
AMAPÁ DO MARANHÃO

São Luís
2016

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

Plano Mais IDH: Diagnóstico Avançado: Amapá do Maranhão / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. São Luís, 2016.

68 p. : il

1. Desenvolvimento econômico – Maranhão. I. Título.

CDU 338.1 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Governador
Flávio Dino de Castro e Costa

Vice-Governador
Carlos Orleans Brandão Junior

Secretária de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN
Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC

Presidente
Felipe Macedo de Holanda

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
Carlos Frederico Lago Burnett

Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos
Josiel Ribeiro Ferreira

Diretora de Comunicação e Disseminação de Dados
Lígia do Nascimento Teixeira

Diretor Administrativo Financeiro
André Luiz Lustosa de Oliveira

EQUIPE DE PESQUISA

Aspectos Culturais e Turísticos

Carlos Henrique Santos da Silva **(Coordenação)**
Getúlio Estefânio Duarte Martins **(Coordenação)**
Ana Tereza Bouéres Rodrigues Noronha
Cosme do Nascimento Neves Júnior
Eloína Coelho Carneiro
José Ribamar Trovão
Paulo César dos Santos Garras
Vitor Raffael Oliveira de Carvalho

Gestão e Meio Ambiente

José de Ribamar Carvalho dos Santos **(Coordenação)**
Alfredo Luiz Bacelar Ribeiro
Elison André Leal Pinheiro
Rafael Ferreira Maciel
Yata Anderson Gonzaga Masullo

Dimensão Educação

Dionatan Silva Carvalho **(Coordenação)**
Anderson Nunes Silva
Marcelo de Sousa Santos
Rafael Thalysson Costa Silva

Dimensão Longevidade

Laiane Sousa Silva Rabelo **(Coordenação)**
Odara Freitas Pereira Leite **(Coordenação)**
Elizabeth Pessanha Silva
Karina Coqueiro Mendes
Nayara dos Reis Ribeiro

Dimensão Renda

Talita de Sousa Nascimento **(Coordenação)**
Geilson Bruno Pestana Moraes
João Carlos Souza Marques
Marlana Portilho Rodrigues

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Coordenação
Lígia Teixeira

Arte/Diagramação
Yvens Goulart
Rodrigo Reis

Revisão
Camila Carneiro
Caroline Ribeiro

Apresentação

Com o presente Diagnóstico Avançado, que particulariza a situação de cada um dos municípios maranhenses selecionados para compor o Plano Mais IDH do Governo do Estado, o IMESC disponibiliza aos poderes públicos e à sociedade civil do Maranhão e do Brasil uma radiografia detalhada do estado dos serviços e das condições sociais da educação, saúde e renda, abrangendo no estudo a totalidade dos 30 territórios municipais. Disposto em mais de 2.000 páginas, o Diagnóstico se apresenta de forma individualizada, em 30 fascículos que, analisando separadamente cada município, constitui um rico e inédito conjunto de informações sobre as condições da pobreza maranhense, sendo assim expressão materializada do esforço de inversão de prioridades que o Governo Flavio Dino vem consolidando na administração pública estadual.

Construído tal como o próprio processo do Plano, que uniu e alternou teoria e prática, este Diagnóstico é fruto de pesquisas cuidadosas sobre dados estatísticos, disponíveis em dezenas de instituições internacionais, nacionais e estaduais de pesquisa, mas também resulta de trabalho de campo nos 30 municípios, quando dezenas de técnicos do IMESC percorreram as sedes municipais e áreas rurais, registrando atividades e colhendo depoimentos de gestores públicos e lideranças sociais.

Ampliando a pesquisa para aspectos relacionados com especificidades próprias das unidades federativas, estreitamente relacionadas com o estágio de desenvolvimento em que se encontram cada um dos municípios, o documento inclui – além daqueles três eixos que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – informações atualizadas sobre valiosas características socioculturais e ambientais, cujo inexplorado potencial turístico e suas frágeis estruturas de gestão, representam aspectos relevantes para pensar políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico para as regiões analisadas. Entendidas pelo documento como riquezas de grande capacidade de geração de oportunidade socioeconômicas, mas até aqui desprezadas e/ou subvalorizadas por políticas pretéritas, os valores culturais e naturais de parte significativa dos municípios analisados são janelas para alargar políticas de desenvolvimento, mas também portas por onde novos agentes públicos e mais sujeitos sociais poderão ingressar no Plano Mais IDH.

Longe de ser um documento conclusivo, que retrata em números e mapas, o recém implantado processo que, desde o início de 2015, vem articulando poder público e sociedade civil em torno dos esforços de melhoria das condições de vida da população mais pobre do Maranhão, este Diagnóstico Avançado abre possibilidade de ampliação dos horizontes de atuação das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, demandadas pela maioria da nossa população. Esperamos que, em mãos de técnicos e gestores das secretarias e órgãos que constituem o Comitê Executivo e os Comitês Municipais do Plano Mais IDH, mas também das demais instituições públicas e privadas – federais, estaduais e municipais –, se transforme em ferramenta para a construção, o monitoramento e a avaliação das novas e cada vez mais decisivas ações que valorizem nossa gente e as coisas do Maranhão.

Felipe de Holanda
Presidente do
IMESC/SEPLAN

SUMÁRIO

1 CULTURA E TURISMO
Características do Município
Cultura | Turismo | Aspectos geográficos
07

2 MEIO AMBIENTE
Gestão e Meio Ambiente
Estrutura Institucional e Ambiental
16

3 EDUCAÇÃO
Dimensão Educação
Taxa de analfabetismo | EJA | IDEB
26

4 RENDA
Dimensão Renda
Pobreza e Benefícios Sociais | Trabalho e Renda
Produção Agropecuária e Comercialização
43

5 LONGEVIDADE
Dimensão Longevidade
Saúde da criança e da mulher | Atenção Básica
Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis | Saneamento Básico
54



1. Características do Município

Cultura - Turismo - Aspectos geográficos

1.1 Localização Geográfica

O Município Amapá do Maranhão limita-se ao Norte com Carutapera, Godofredo Viana e Luís Domingues; ao Oeste com Carutapera; ao Sul com Junco do Maranhão e Maracaçumé; ao Leste com Cândido Mendes **(Mapa 1)**.

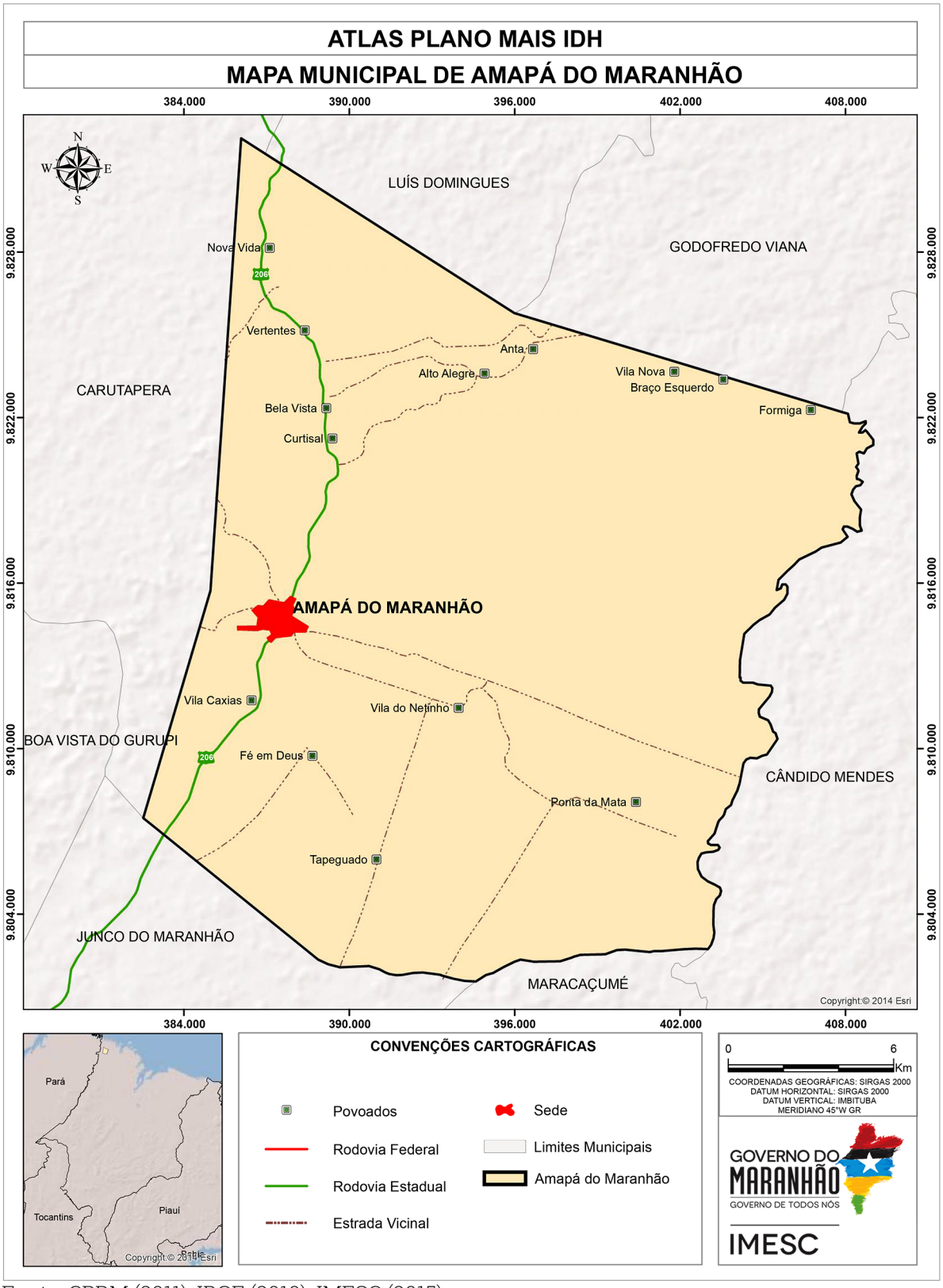
O Referido município encontra-se localizado na Mesorregião Oeste Maranhense - Microrregião Geográfica do Gurupi e na Região de Planejamento do Estado, está na Região do Gurupi.

Os pontos extremos correspondem às seguintes coordenadas geográficas: Norte -04º 03' 58" de latitude e -43º 16' 11" de longitude; Oeste -04º 13' 00" de latitude e -43º 25' 56" de longitude; Sul -43° 12' 46" de longitude e -04º 21' 27" de latitude; Leste -43° 12' 46" de longitude e -04° 21' 27" de latitude.

O município possui 502,402 km² de extensão, correspondendo a 0,15% do território estadual. A população registrada no Censo Demográfico 2010 era de 6.431 habitantes (4.841 na área urbana e 1.590 na rural), assim, a densidade demográfica registrada ficou em 12,80 hab/km²; a população estimada para 2015 foi de 6.789 habitantes.

“O município possui 502,402 km² de extensão, correspondendo a 0,15% do território estadual.”

Mapa 1: Localização de Amapá do Maranhão



Fonte: CPRM (2011); IBGE (2010), IMESC (2015)

1.2 Processo de Ocupação

Na década de 50 do século XX, mais precisamente no ano de 1955, a família do Sr. Antônio Pereira da Silva, conhecido como Antônio Boia, fixou residência à margem direita do Rio Urubuquara, rio intermitente, iniciando assim a colonização do atual município.

Na época um surto de malária dizimou parte da família dos Boias, fazendo com que o sr. Antônio se afastasse do rio, escolhendo um lugar para nova residência, para o qual deu o nome de Colônia São Francisco, que mais tarde se transformou em padroeiro do atual município.

A família Boia, apesar de lavradores, não negligenciavam a fé em Deus e no santo padroeiro local, reunindo-se sempre que podiam para celebrar os cultos religiosos. A Colônia São Francisco era distrito de Godofredo Viana, cujo prefeito era o sr. João Jorge e o pároco padre Antônio, que através de incalculáveis diligências junto à família colonizadora, conseguiu mudar o nome da colônia para Amapá, segundo relato do sr. Antônio Pereira Farias, filho do fundador da cidade.

O nome Amapá deve-se ao igarapé de mesmo nome e à grande incidência de uma árvore também assim denominada.

Por volta do ano de 1982, com a chegada de várias famílias migrantes ruralistas trabalhadores na agricultura convencional em busca de novas terras a serem exploradas, iniciou-se o povoamento do lugar, dando origem ao cultivo dos gêneros de primeira necessidade, a exploração de madeira de lei, o comércio e pequenas indústrias de beneficiamento de arroz e farinha de mandioca, bem como a criação de gado vacum, cavalar, muar e outros rebanhos, todos sob o regime extensivo e para subsistência. Em razão do constante crescimento do povoado, surgiram as primeiras escolas e com elas o desejo do povo de emancipar-se, tomando como primeira iniciativa um plebiscito, após o qual o município foi criado com a denominação de Amapá do Maranhão, pela Lei Estadual Nº 6.433, de 10 de outubro de 1995, desmembrado de Carutapera, Luís Domingues e Godofredo Viana.

O primeiro prefeito foi Aneny Andrade Pacheco (1997 - 2004), seguido por Milton da Silva Lemos (2009 - 2012) e Juvencharles Lemos Alves (2013 - 2016).

1.3 Sede Municipal

A sede de Amapá do Maranhão possuía, em 2013, uma área de 2,08 km², o que correspondia a 0,41% do território municipal. Sua área urbana desenvolveu-se às margens da MA 206, cuja rodovia, na área urbana, transformou-se na Avenida Tancredo Neves, possuindo arborização espaçada e bancos em seu canteiro central **(Figuras 1 e 2)**.

Figura 1 – Área Urbana as margens da MA 206



Fonte: Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão, 2013

Figura 2 – Avenida Tancredo Neves

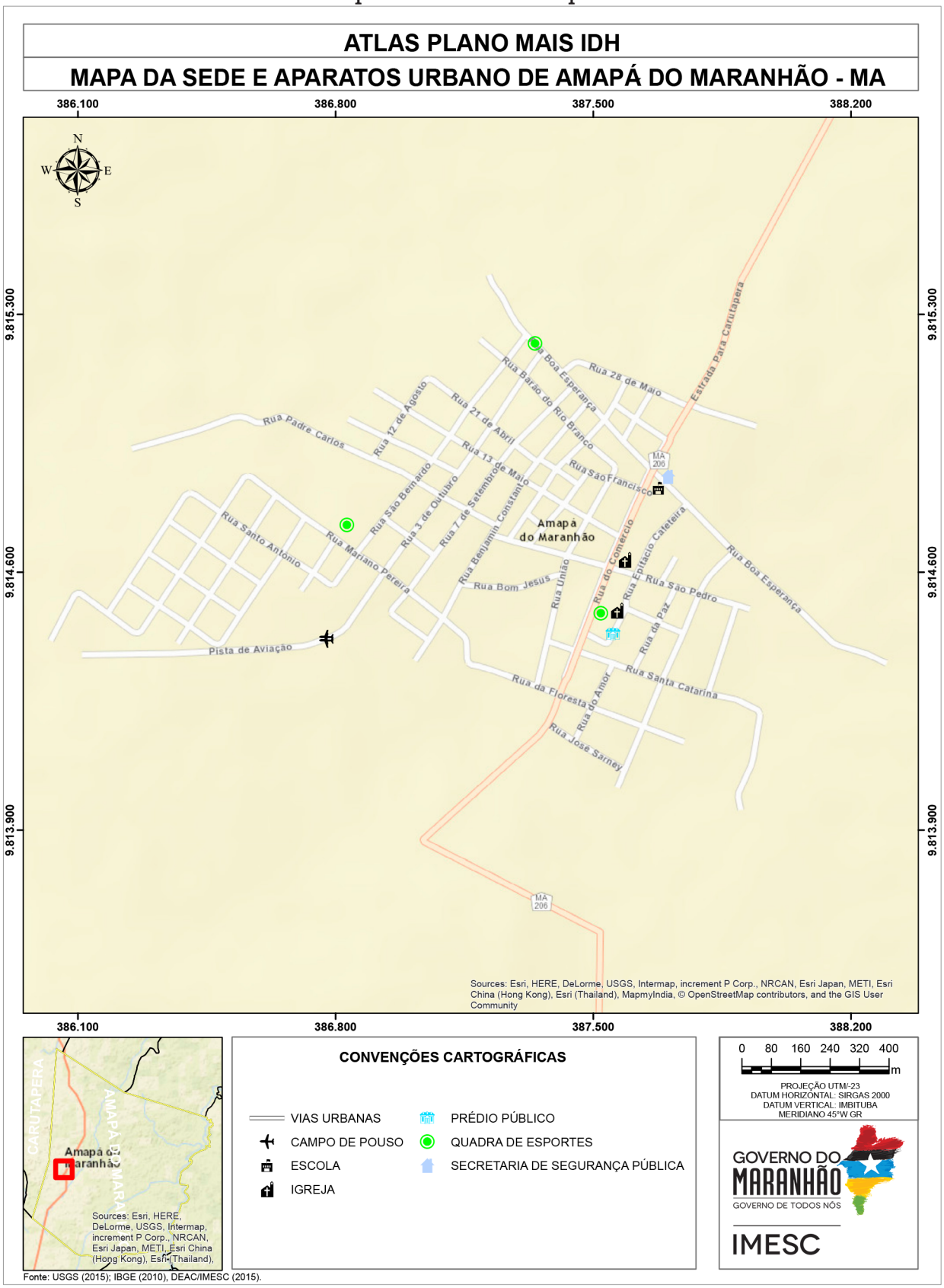


Fonte: IMESC, 2013.

O traçado urbano **(Mapa 2)** está distribuído em: 11 ruas e três travessas, sendo 90% pavimentadas com asfalto e cimentadas e 10% piçarradas, além de duas avenidas. Compõem ainda o espaço urbano três praças, sendo uma arborizada, uma ajardinada e outra sem arborização ou jardins.

Quanto ao padrão arquitetônico, predominam casas de alvenaria em sua maioria geminadas, principalmente ao longo da avenida principal; afastando-se desta, as casas são separadas com quintais grandes repletos de árvores frutíferas.

Mapa 2 - Sede Municipal



Fonte: USGS(2015); IBGE(2010), IMESC(2015).

1.4 Aspectos Culturais e Turísticos

Pela proximidade com o Estado do Pará, o município recebe bastante influência cultural, econômica e populacional desse Estado.

Como potencial turístico podem ser aproveitadas as fazendas, além da vaquejada, festas religiosas, o carnaval e as festas juninas.

No município predomina as religiões católica e evangélica. Os católicos dispõem de uma igreja na sede **(Figura 3)**, dedicada a Nossa Senhora Consolata, padroeira do município e seis templos na área rural. Os santos festejados são: a padroeira, São Francisco de Assis, Santo Expedito e Nossa Senhora de Fátima.

Os templos evangélicos são sete na área urbana e seis na rural, sendo as principais seitas: Batista, Congregação Cristã do Brasil, Sétima Trombeta, Mundial do Poder de Deus e Deus é Amor.

O município possui três terreiros ou tendas de origem africana ou indígena na área urbana e seis na área rural, festejando principalmente Santa Bárbara e Iemanjá.

De acordo com o Censo, dos 6.432 entrevistados pelo IBGE em 2010, 75,23% se declararam católicos, 20,04% evangélicos, 0,10% participava de outras religiões e 4,63% não tinham religião **(Tabela 1)**.

Tabela 1 - População Residente por Religião – 2010

Religião	Número de Adeptos
Católica Apostólica Romana	4.838
Evangélicas	1.289
Espírita	-
Umbanda e Candomblé	-
Outras religiosidades	7
Sem religião	298
Não sabe	-
Sem declaração	-
Total	6.432

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Figura 3 – Igreja Matriz de Nossa Senhora Consolata



Fonte: IMESC, 2013

As manifestações tradicionais no município são destacadas pelas festas religiosas de Nossa Senhora Consolata, São Francisco e Nossa Senhora de Nazaré, além do festejo de Santa Bárbara, que é de matriz africana; comemoração em homenagem à Independência do Brasil no dia 07 de setembro; aniversário do município no dia 10 de outubro e quadrilhas estilizadas **(Figura 4)**.

Figura 4 - Quadrilha estilizada



Fonte: Prefeitura Municipal de Amapá do Maranhão, 2007

No município há banda de fanfarra, associações, gincanas, vaquejada no Parque Maísa Lemos, encontros religiosos e carnaval realizado durante as quatro noites com blocos de abadá.

Na culinária, são pratos típicos: a juçara com farinha ou tapioca, arroz de cuxá e peixes em várias modalidades.

Para o lazer o município conta com um ginásio esportivo, dez campos de futebol, um estádio com capacidade para 1.000 pessoas, seis restaurantes, seis lanchonetes, duas casas de show e vinte bares.



Meio Ambiente

2.Gestão e Meio Ambiente

2.1 Área de Relevância Ambiental

O município de Amapá do Maranhão possui uma extensão total de 502.146 Km², sendo que 0,40% (2 Km²) correspondem a região da sede municipal. Observa-se que o município não apresenta em seu território Unidades de Conservação e Terras Indígenas.



“Amapá do Maranhão, possui uma extensão total de 502.146 Km²”

Nesse sentido, destaca-se a crescente degradação ambiental observada ao longo dos últimos anos, que por sua vez é fruto do uso e ocupação desordenado do solo e dos recursos naturais existentes, impactando ainda as Áreas de Preservação Permanente (APP´s), que consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, comprometendo suas diversas funções ou serviços ambientais e contrariando aquilo que é disposto na Lei 12.651/12, conhecida como Código Florestal.

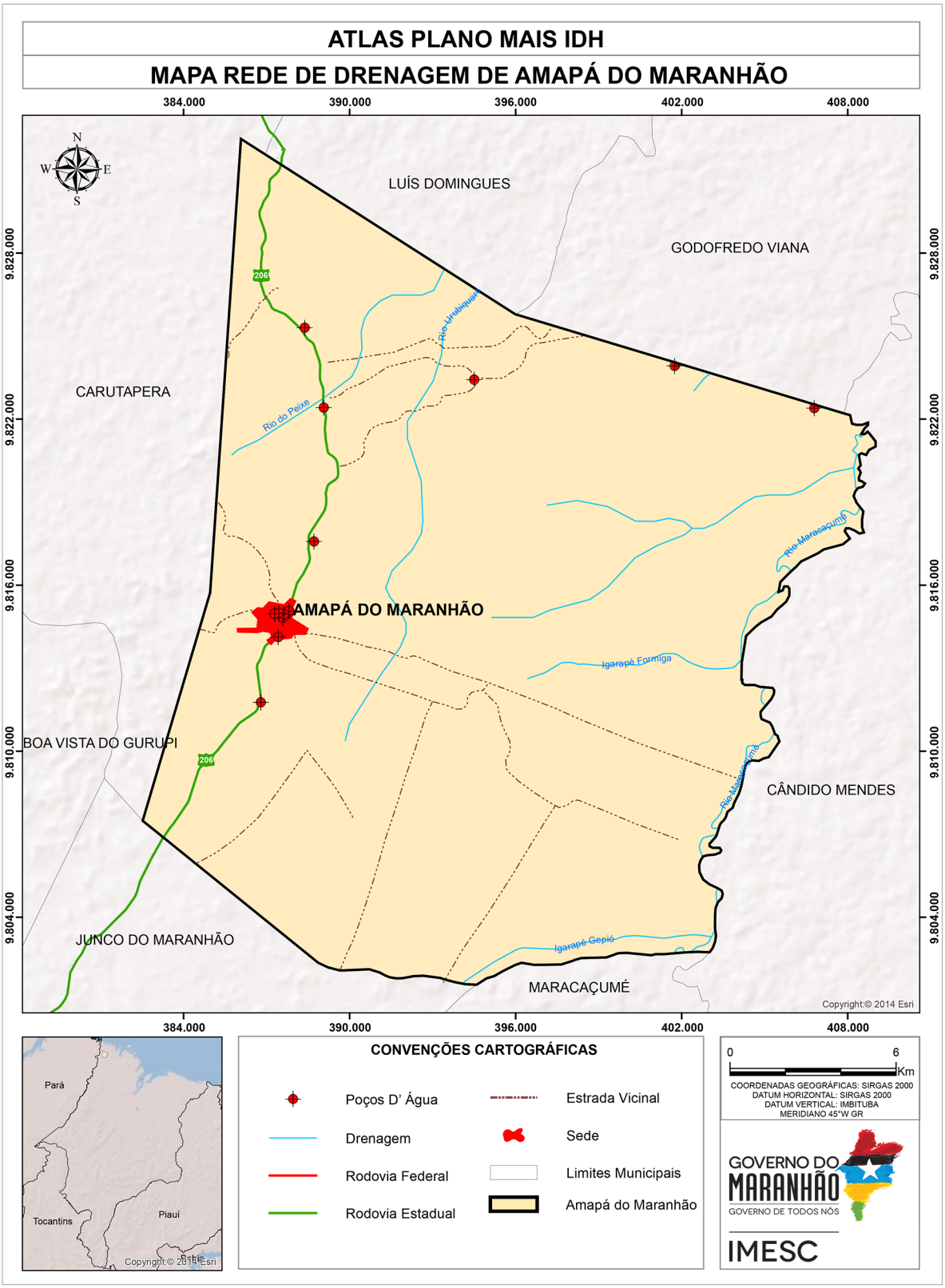
Frente a essa problemática pontua-se a necessidade de ações e estratégias mais efetivas por parte do poder público municipal com o objetivo de garantir o desenvolvimento das atividades econômicas (potencialidades) sem prejuízo dos recursos naturais disponíveis, garantindo assim uma melhoria considerável na qualidade de vida da população ao promover os fundamentos básicos do Desenvolvimento Sustentável.

2.2 Recursos Hídricos

Amapá do Maranhão está localizado nas Bacias Hidrográficas do Rio Gurupi (5%) e Maracaçumé (95%). Ressalta-se que nenhuma das duas bacias possui comitê. Nesse contexto destaca-se a necessidade de criação do referido instrumento de gestão, que possibilitaria um gerenciamento adequado dos recursos hídricos.

O município apresenta uma relativa diversidade hídrica **(Mapa 3)**, destacando-se o Rio Maracaçumé **(Figura 5)**, os rios Formiga, Urubiquara, e outros menores, porém com grande importância para o desenvolvimento de atividades econômicas em nível local.

Mapa 3 : Drenagem no município de Amapá do Maranhão



Fonte: ANA (2015); CPRM (2011); IBGE (2010); IMESC (2015).

Figura 5 – Rio Maracaçumé em Amapá do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015.

A grande quantidade de rios e a qualidade das águas devem ser colocadas como ponto de destaque para a gestão municipal, tanto em relação a preservação desses mananciais, quanto pela gama de atividades econômicas **(Figura 6)**, ligadas a esse, cada dia mais escasso, recurso natural.

Figura 6 – Piscicultura em Amapá do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015.

2.3 Legislação Municipal

O município de Amapá do Maranhão detém os três instrumentos principais de Gestão consolidados (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual), porém ainda não possui os Planos de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos. Sem esses planos, notam-se dificuldades de estruturar corretamente a gestão de obras de saneamento, correta disposição final dos resíduos, colocando em risco a segurança da saúde da população.

Identifica-se que leis importantes para a organização territorial do município ainda não foram elaboradas como a legislação sobre zona e/ou Área de Interesse Especial, Lei de Perímetro Urbano, Código de Obras e Decreto sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Outros Planos municipais, como de Saúde e de Habitação, ainda não existem, e nem estão sendo elaborados no Município, dificultando ações de melhorias nesses eixos, de suma importância para a qualidade de vida da população.

Em relação ao Plano Diretor[1], foi identificado a inexistência do mesmo no município, dificultando assim as políticas de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana, não delimitando as zonas urbanas, rurais e as áreas de interesse municipal para expansão.

[1] Da Obrigatoriedade e abrangência do Plano Diretor:

De acordo com o artigo 41 do Estatuto da Cidade:

"Art. 41 – O plano diretor é obrigatório para cidades:
I – com mais de vinte mil habitantes;
II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
III – onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no §4º do art. 182 da Constituição Federal;
IV – integrantes de área de especial interesse turístico;
V – inseridas na área de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional"

2.4 Gestão Ambiental

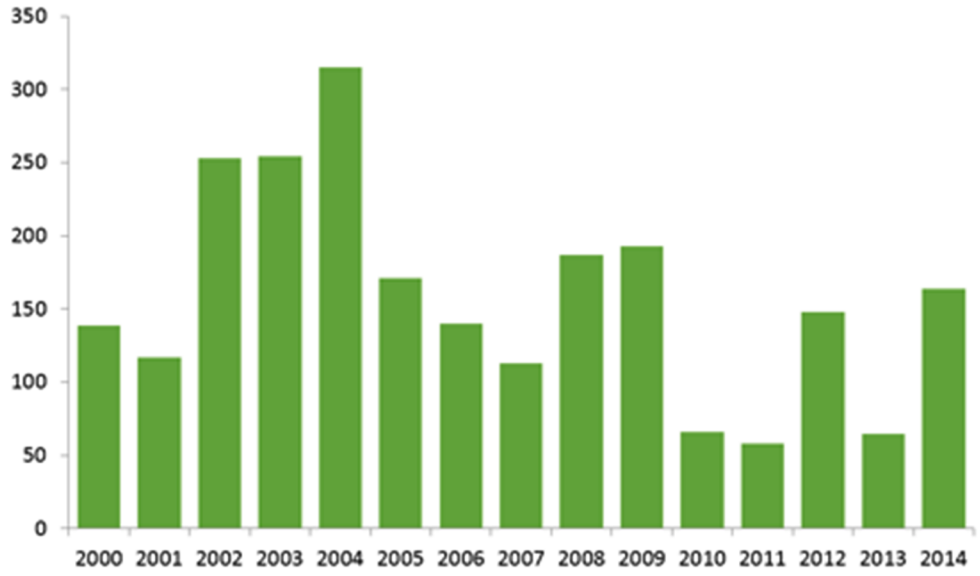
A partir da coleta de dados em campo realizada no município pelo IMESC, constatou-se que Amapá do Maranhão não possui Secretaria Municipal de Meio Ambiente, apenas foi identificado um setor ambiental dentro da Secretaria Municipal de Agricultura. Sem uma secretaria municipal exclusiva que trate das questões ambientais o município fica impossibilitado de realizar de forma apropriada fiscalizações, bem como aplicar multas e licenciamentos, o que inevitavelmente diminui a efetividade e o controle do órgão.

Os principais impactos ambientais observados no município foram desmatamento, queimadas, disposição inadequada de resíduos e assoreamento dos rios. Deve-se frisar que por não existir órgãos ambientais específicos no município não ocorre nenhum tipo de ação para minimizar os impactos encontrados, seja de sensibilização ou de manejo.

2.5 Queimadas

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (2015), foram identificados no município de Amapá do Maranhão a incidência de 2.383 focos entre os anos de 2000 e 2014, com uma média anual de 158,8 focos. Com base nesses dados o município constitui 0,18% dos casos de queimadas do Estado entre os anos de 2000 a 2014. Observa-se no **Gráfico 1**, o aumento dos focos de queimadas no período de 2001 a 2004, atingindo um pico em 2004 com 315 focos de queimadas detectados. De 2005 a 2007 ocorre uma redução gradual e a partir de 2009 uma variação entre aumento e diminuição ao longo dos anos.

Gráfico 1 - Focos de Queimadas - Amapá do Maranhão (número de focos)

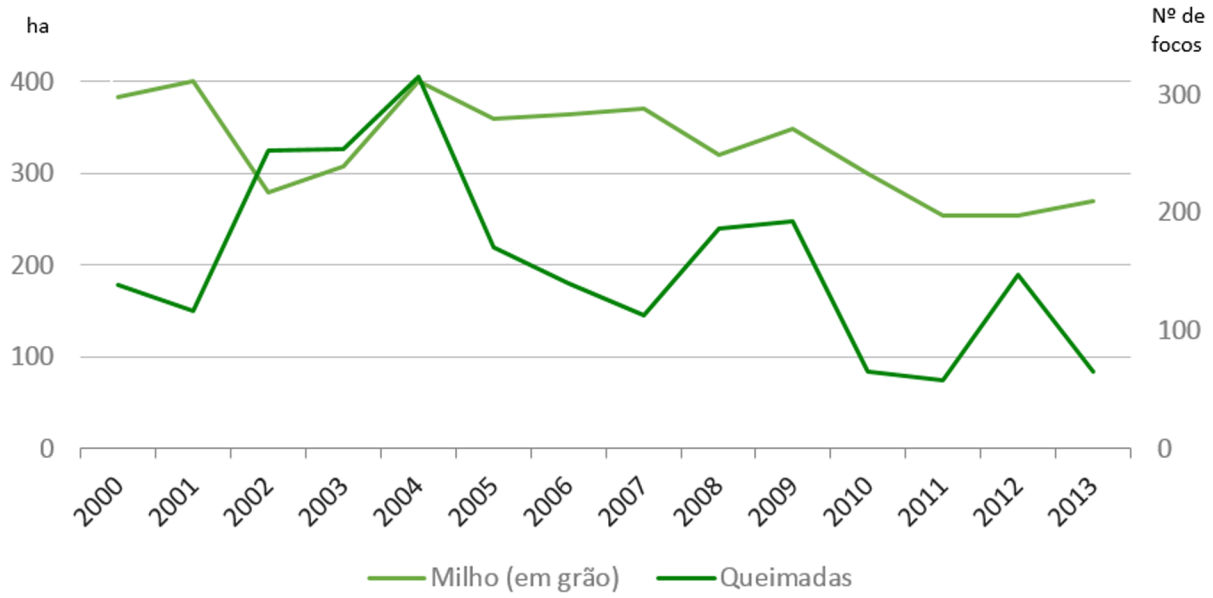


Fonte: INPE, 2015.

A intensificação dos focos de queimadas em Amapá do Maranhão está relacionada a fatores climáticos e ambientais (diminuição do índice pluviométrico, baixa umidade do ar, tipo de vegetação e outros), mas principalmente está associada a fatores antrópicos. Em grande parte dos casos o processo de queimadas tem ligação com o desmatamento a fim de obter novas áreas para cultivos de lavouras, limpeza de pastos e preparação da área para o plantio de pequenos agricultores.

Ao relacionar os dados de queimadas a outras informações como, por exemplo, a produção agrícola **(Gráfico 2)**, tem-se um comparativo entre o aumento dos focos de queimadas coincidindo com a produção de milho do município.

Gráfico 2 - Focos de queimadas x Produção Agrícola em Amapá do Maranhão



Fonte: IBGE, INPE-Prodes, 2000, 2014.

No **Gráfico 2**, observa-se nos anos de 2003 e 2004 o aumento do crescimento dos focos de queimadas em conjunto com o aumento da produção de milho, seguindo essa correlação nos anos seguintes. Dessa forma pode-se analisar a relação natural entre aumento de focos ligada ao aumento da produção da cultura.

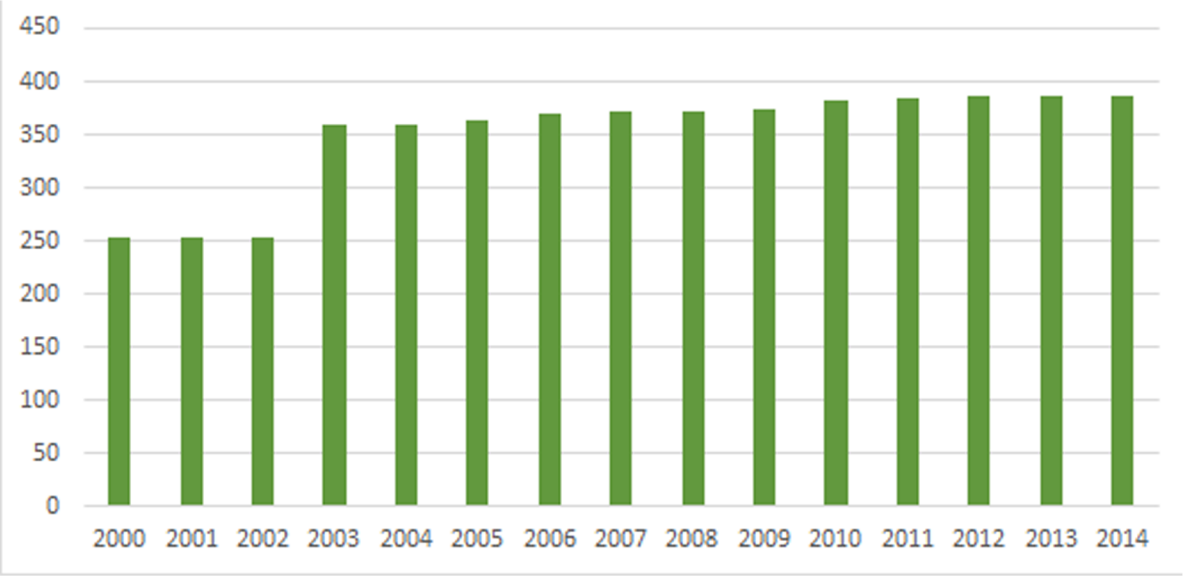
Observa-se que entre os anos de 2008 a 2010 houve uma estabilidade nos quantitativos de desmatamento, motivo este associado à intensificação de políticas públicas ligadas a conscientização e sensibilização.

A principal cultura do município de Amapá do Maranhão é o cultivo de grãos, tendo o milho como o principal potencial econômico; a mandioca como agricultura de subsistência; e a produção de farinha para consumo próprio e para a venda na própria sede municipal ou para outras localidades.

2.6 Desmatamento

O Município está inserido em área de vegetação de pré-Amazônia. Por se tratar de uma área onde a extração de madeira é bem expressiva, os impactos decorrente a essas atividades tem se tornado cada vez mais frequentes no decorrer dos anos. No **Grafico 3**, observa-se que os ano de 2000 a 2002 foram os que obtiveram menores índices de desmatamento, enquanto que nos anos seguintes ocorreu um aumento expressivo interligado com a ineficiência de fiscalização, fazendo um somatório dessas áreas desmatadas, soma-se que 5.256,1 km² já tenham sido desmatados. Mediante a todos esforços e trabalho em monitoramento, ainda assim é preciso melhorar ações que venham aprimorar a preservação deste bioma.

Gráfico 3 – Desmatamento (km²) do município de Amapá do Maranhão entre os anos de 2000 a 2010



Fonte: INPE, 2010.

No Município de Amapá do Maranhão a produção se destaca principalmente no cultivo da mandioca como sistema de produção baseado na subsistência da agricultura familiar, tendo como suporte a produção de farinha para consumo próprio e para a venda nos centros urbanos do município. Ocorrem também outras culturas como o cultivo do arroz e o feijão como agricultura auxiliar.

O extrativismo vegetal por partes de madeireiras, ainda ocorre de forma pequena e isolada em algumas áreas do município, porém, acaba alterando a dinâmica paisagística, principalmente na pré-Amazônia, desequilibrando o ecossistema.

Partindo desse pressuposto, diversas ações têm se intensificado para minimizar esses impactos ambientais que muitas das vezes se tornam irreversíveis ao meio ambiente. O aumento das áreas de pastagem para pecuária extensivo ao extrativismo vegetal é um dos agravantes ao processo de desmatamento.

> “diversas ações têm se intensificado para minimizar os impactos ambientais”



Educação



3.Educação

A educação representa uma das três dimensões utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD para avaliar o desenvolvimento humano através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Esta dimensão (IDHM-Educação) é mensurada pelo resultado da média geométrica de dois componentes, são eles: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem.

O primeiro componente é medido pelo indicador percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com Ensino Fundamental completo e tem peso 1. Já o segundo componente tem peso 2, e é medido pela média aritmética de quatro indicadores que o compõem: i) percentual de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola; ii) percentual de jovens de onze a treze anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; iii) percentual de jovens de quinze a dezessete anos com ensino fundamental completo; e iv) percentual de jovens de dezoito a vinte anos com ensino médio completo.

Ou seja, o primeiro componente que tem peso 1, por ser composto por apenas um indicador representa 33,3% do IDHM-E, enquanto que o segundo componente de peso 2, por ser composto por quatro indicadores, possui representatividade de 16,6% para cada indicador.

A forma como está estruturado o IDHM-Educação, possibilita-se a avaliação do funcionamento escolar dos períodos passados (escolaridade da população adulta) e da dinâmica educacional da população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação (fluxo escolar da população jovem), o que facilita aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas e nas idades certas.

Além dos indicadores relativos à dimensão IDHM - Educação, foram utilizadas outras variáveis para a elaboração deste Diagnóstico, para melhor retratar a realidade do município, são elas: indicadores referentes ao nível de instrução da população como

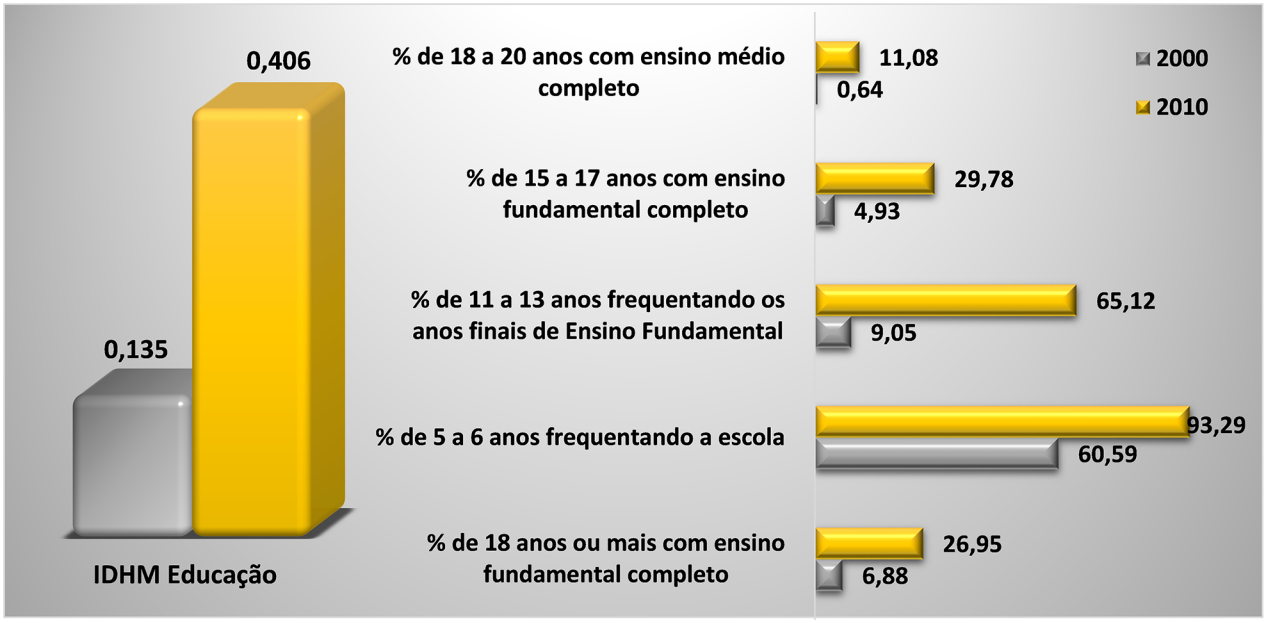


Taxa de Analfabetismo e quantidade de matrículas e escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos - EJA; indicadores referente a demanda e oferta de ensino regular, como número de matrículas, quantidade de escolas e professores; indicadores referentes a infraestrutura das escolas, como local de funcionamento e serviços básicos e; indicadores de desempenho, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. A escolha de tais variáveis deve-se ao fato de que permitem uma avaliação mais completa da situação da educação no Município de Amapá do Maranhão tendo em vista que, a evolução delas, contribui para a melhora do IDHM-Educação.

Destaca-se que os indicadores selecionados se relacionam, não somente com os programas educacionais que estão sendo desenvolvidos dentro do Plano Mais IDH, mas também com os indicadores utilizados no cálculo da dimensão IDHM-E, funcionando, dessa forma, como proxy para avaliação do nível de desenvolvimento da educação nos municípios que estão inseridos no Plano.

Das três Dimensões (longevidade, educação e renda) que compõem o IDHM, a Educação foi a que apresentou menor índice em Amapá do Maranhão, tanto no ano 2000 quanto em 2010, cujo o índice foi de 0,135 e 0,406, respectivamente. Destaca-se que apesar dessa Dimensão ter sido a que registrou maior crescimento absoluto (0,271 em dez anos), ainda se encontra aquém do limite superior da faixa de desenvolvimento classificada como muito baixo pelo PNUD que é de até 0,499. Portanto, esta Dimensão apresenta-se como um dos maiores entraves para a elevação do nível de desenvolvimento humano em Amapá do Maranhão. O **Gráfico 4** ilustra esta situação.

Gráfico 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Dimensão Educação e respectivos indicadores - Amapá do Maranhão – 2000 e 2010



Fonte: PNUD, 2010.



Com o aumento entre os anos 2000 e 2010 registrado na Dimensão Educação, Amapá do Maranhão subiu 136 posições no ranking dos municípios brasileiros, saindo da posição nº 5.423º no ranking do IDHM-E em 2000, para o 5.287º lugar em 2010.

Dentre os indicadores relativos à Dimensão, os que mais cresceram em termos relativos na década 2000-2010, foi o percentual de pessoas de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental e o percentual de pessoas de cinco a seis anos frequentando a escola[2].

Quanto ao indicador percentual de pessoas de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo, Amapá do Maranhão continua com baixas taxas (0,64% em 2000 e 11,08% em 2010), o que evidencia a necessidade de políticas educacionais voltadas para a redução da distorção idade-série e da evasão escolar no Ensino Médio. No que tange à população de 25 anos ou mais de idade, em 2010 apenas 13,92% possuía o Ensino Médio completo e 4,03% possuía Ensino Superior completo.

Em relação à oferta de Ensino Médio em Amapá do Maranhão, existe apenas uma escola que oferta esta etapa de ensino, localizada na zona urbana, que, de acordo com o Informe Estatístico da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, registrou 410 matrículas em 2014, oito a menos que no ano anterior. No entanto, considerando a diferença entre o número de matrículas no 9º ano do Ensino Fundamental (119) em 2013, em relação à 1º série do Ensino Médio (184) em 2014, houve um aumento. Ainda assim, deve-se atentar para diversos fatores como descontinuidade no ensino, abandono, evasão escolar e reprovação. Quanto a estes indicadores, observou-se, para 2014, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, taxa de abandono, distorção Idade-Série e Reprovação do Ensino Médio de 27,4%, 72% e 20%, respectivamente.

[2] Tais resultados podem ser atribuídos, dentre outros fatores, ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família - PBF, que exige o cumprimento de condicionalidades nas áreas de educação saúde para que a família permaneça recebendo o benefício. Na área de Educação, os compromissos que devem ser cumpridos são: i) Matricular as crianças e adolescentesde 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; ii) Garantir a frequência escolar de, no mínimo, 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa, e iii) Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes.

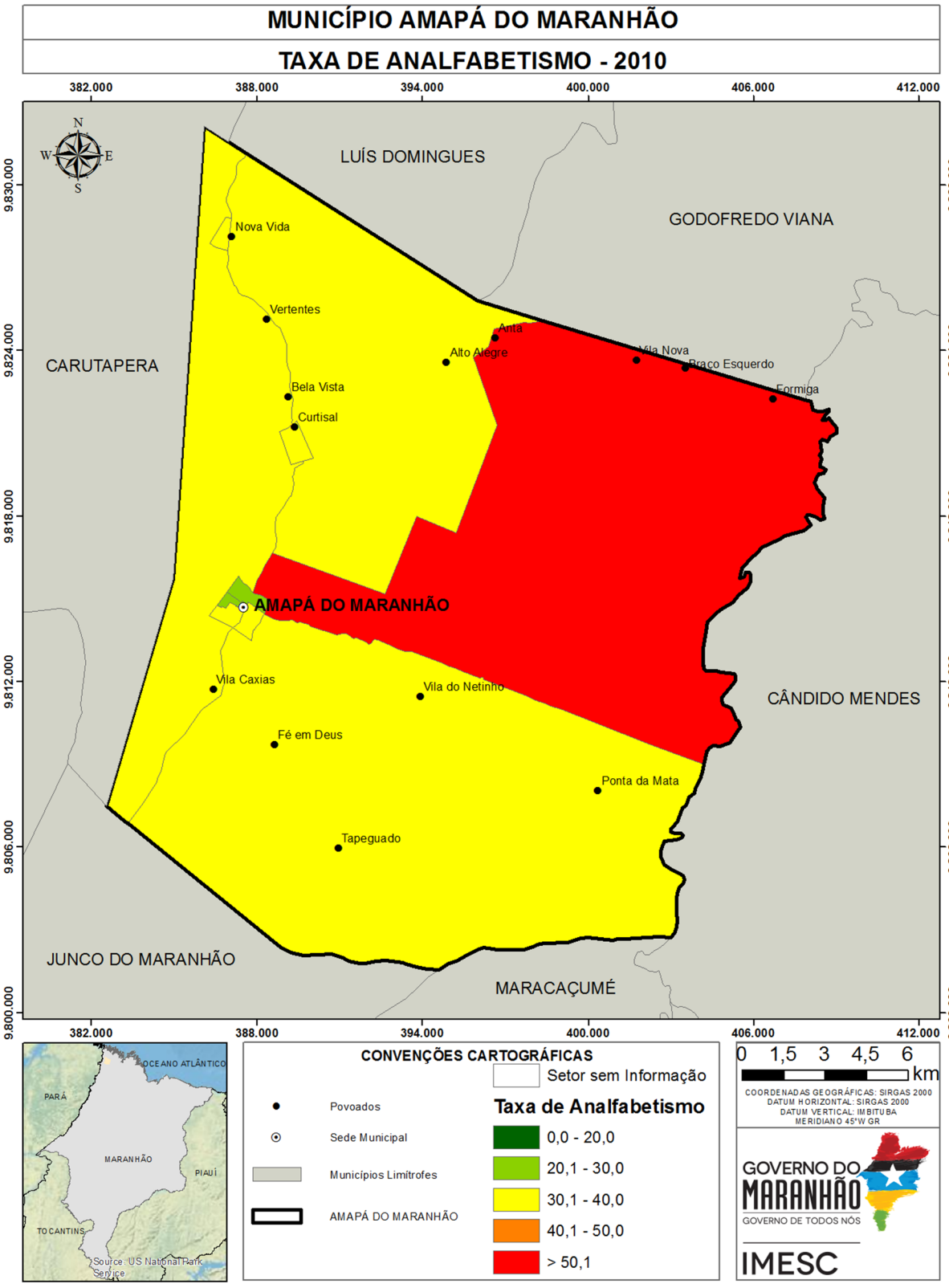
3.1 Analfabetismo

O município Amapá do Maranhão possui taxa de analfabetismo de 33,3% (1.325 habitantes), enquanto que a taxa do Estado é de 20,9%, segundo dados do Censo Demográfico de 2010. Considerando somente a taxa média de analfabetismo das pessoas de 15 a 29 anos, observa-se significativa melhora de 2000 (25,8%) para 2010 (13,1%). O **Mapa 4** indica a taxa de analfabetismo no município, segundo os setores censitários do IBGE.

“observa-se significativa melhora de 2000 (25,7%) para 2010 (13,1%)”



Mapa 4: Taxa de analfabetismo do município de Amapá do Maranhão por setor censitário 2010 – em %.



Fonte: IBGE (2008,2010), IMESC (2015)

Constata-se que a maior incidência de taxas elevadas de analfabetismo encontra-se na zona rural do município, principalmente no setor censitário que circunscreve os povoados Braço Esquerdo, Vila Nova, Formiga e Anta, que apresentaram taxa de analfabetismo de 55,1%, o maior percentual observado. A segunda maior taxa observada foi no setor censitário onde se encontra o povoado Alto Alegre (40%). A taxa média de analfabetismo da sede do município é 31,2%. Dos quatro setores censitários que dividem a sede do município, a menor taxa observada foi 25,9%.

3.2 Educação de Jovens e Adultos[3]

Segundo os dados do Informe Estatístico disponibilizados pela SEDUC/MA, observou-se que Amapá do Maranhão oferta esta modalidade apenas para o nível fundamental, a qual registrou aumento de 151 matrículas de 2010 para 2014 **(Tabela 2)**. Destaca-se ainda, que a todas matrículas são em escolas de Dependência Administrativa municipal e localizadas na zona rural.

Tabela 2 - Número de matrículas do EJA, segundo dependência administrativa e zona Amapá do Maranhão - 2010 a 2014

Dependência administrativa	Zona	2010	2011	2012	2013	2014	Variação absoluta 2014-2010
Municipal	Rural	29	55	18	6	29	-
	Urbana	-	207	151	168	151	151
	Total	29	262	169	174	180	151
Total	Rural	29	55	18	6	29	-
	Urbana	-	207	151	168	151	151
	Total	29	262	169	174	180	151

Fonte: SEDUC/MA.

Verifica-se na **Tabela 2**, que entre 2013 e 2014 houve um leve aumento no número de matrículas (6) na EJA em Amapá do Maranhão, especialmente nas escolas municipais Unidade Escolar Nossa Senhora Aparecida (16) e Unidade Escolar Professora Maria Isabete Silva Franco (7). A escola Anexo I - Ce Prof Maria Do Socorro Mendonca Da Silva impediu um melhor resultado com a redução de 17 matrículas na modalidade.

[3] A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica. É destinada a jovens e adultos que paralisaram seus estudos, como também para os que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada. Segundo o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), os sistemas de ensino tinham até 2013 para desenvolver programas que garantam a permanência na escola regular dos jovens de 15 a 17 anos. E a partir de 2013 o EJA só atenderia maiores de 18 anos.

Quanto ao número de escolas que ofertam EJA, o município Amapá do Maranhão possui duas escolas na zona rural e uma escola na urbana. Pela pequena quantidade de escolas que disponibilizam tal modalidade em relação ao total **(Tabela 3)**, o problema da EJA pode estar relacionado à baixa oferta de escolas.

Do total de escolas do município de Amapá do Maranhão, 15,8% oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 3 - Total de escolas e número de escolas que oferecem EJA, por zona - Amapá do Maranhão – 2014

Dependência administrativa	Zona	Escolas que oferecem EJA	Total de escolas
Estadual	Urbana	-	1
	Rural	-	-
	Total	**-**	**1**
Municipal	Urbana	1	6
	Rural	2	11
	Total	**3**	**17**
Total	Urbana	1	8
	Rural	2	11
	Total	**3**	**19**

Fonte: SEDUC/MA.

3.3 Indicadores de Desempenho da Educação

3.3.1 Índice de Desempenho da Educação Básica - IDEB[4]

Avaliando os resultados do IDEB, com base nas recomendações do INEP, verifica-se que os Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) de Amapá do Maranhão, entre 2007 e 2011, registrou índices de 2,5, 3,1 e 3,3, excedendo suas metas que eram de 2,3, 2,8 e 3,1, respectivamente. Na contramão, em 2013, o índice registrado foi de 3,2, não alcançando a meta do município (3,6).

No que tange aos Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), a situação difere em relação aos Anos iniciais, tendo em vista que em 2007 Amapá do Maranhão registrou índice de 2,6. Nos anos de 2009 e 2013, o município registrou índices de 3,2 e 3,4, ultrapassando suas metas que eram 2,7 e 3,3, respectivamente. Na contramão, apenas em 2011, Amapá do Maranhão (2,8) não atingiu a meta que era de 2,9.

[4] O INEP recomenda como forma de avaliação do Índice de Desempenho da Educação Básica - IDEB - os seguintes parâmetros: i) se a escola atingiu a meta prevista; ii) se cresceu o IDEB em relação ao ano anterior iii) se já chegou ao valor de referência 6,0.

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Projeções nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental regular, por escola - 2005 - 2015

Nome da Escola		C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	U.I. Governador Epitacio Cafeteira
IDEB	2005	1,9	-	2,2
	2007	2,9	1,9	2,8
	2009	3,1	2,5	3,2
	2011	3,0	3,3	2,9
	2013	3,4	3,0	2,8
Projeções	2007	2,1	-	2,3
	2009	2,8	2,2	2,8
	2011	3,3	2,5	3,3
	2013	3,6	2,8	3,5
	2015	3,9	3,0	3,8

Fonte: MEC/Inep.

Com base nas escolas do município de Amapá do Maranhão com o IDEB divulgado, verifica-se que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, houve uma piora no ensino. Tomando como parâmetro, o C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva registrou aumento de 1,5 p.p. entre 2005 e 2013. Apesar dessa melhora, a escola não alcançou sua meta no último ano (3,6). Outrossim, a Unidade Integrada Governador Epitácio Cafeteira, que registrou aumento de 0,6 p. entre 2005 e 2013, não alcançou a meta da escola de 3,5 **(Tabela 4).**

No que tange ao IDEB dos Anos finais do Ensino Fundamental, somente o ANEXO I – C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva registrou aumento de 1,3 p. entre 2011 e 2013, atingindo a meta que era de 2,4 **(Tabela 5)**. Cabe destacar também, a C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva que apresenta trajetória de queda do indicador desde 2009.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Projeções nos Anos Finais do Ensino Fundamental regular, por escola - 2005 - 2015

Nome da Escola		C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	U.I. Governador Epitacio Cafeteira
IDEB	2005	-	-	-
	2007	2,9	-	2,4
	2009	3,7	-	2,6
	2011	3,6	2,1	2,4
	2013	3,4	3,4	-
Projeções	2007	-	-	-
	2009	3,0	-	2,5
	2011	3,2	-	2,7
	2013	3,5	2,4	3,0
	2015	3,9	2,7	3,4

Fonte: MEC/Inep.

No que se refere a Nota da Prova Brasil Anos Iniciais, o município de Amapá do Maranhão obteve aumento de 0,08 p. em 2013 na comparação com 2011. Sobre o desempenho[5] dos alunos na Prova Brasil[6], que é um componente do IDEB, evidencia-se, na **Tabela 6**, que os estudantes apresentaram baixo rendimento de aprendizagem, sobretudo, em Português. Dentre as escolas com resultados divulgados, a Unidade Integrada Governador Epitácio Cafeteira e a C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva, são as que se encontram em melhor situação em relação as demais escolas do município. Dessa maneira, entre os anos de 2011 e 2013, a primeira escola registrou aumento de 5,6 p. em Matemática, e redução de 0,2 p. em Português, elevando, por sua vez, a Nota Média Padronizada em 0,1 p. Já a segunda registrou aumentos de 8,5 e de 6,2 p. em Matemática e Português, respectivamente, impactando, dessa forma, no aumento de 0,3 p. na Nota Média Padronizada (4,5).

[5]Para medir o desempenho dos alunos, o IDEB tem por base os seguintes componentes: i) a média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j (unidade de ensino submetida à avaliação), obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino e; ii) o indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j. Visto que o intuito da metodologia do IDEB é avaliar o desempenho dos alunos ao longo dos anos.

[6] Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc Acesso em: 07. Jul. 2015.

Tabela 6 – Nota Padronizada de Matemática e Português e nota Média Padronizada, por escola, Ensino Fundamental Anos iniciais - 2011 e 2013

Escola	Nota da Prova Brasil					
	Matemática 2011	Matemática 2013	Português 2011	Português 2013	Nota Média Padronizada (N) 2011	Nota Média Padronizada (N) 2013
U.I. Governador Epitacio Cafeteira	163,4	168,9	153,9	153,7	3,9	4,0
C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	173,5	182,0	161,4	167,6	4,2	4,5
Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	178,2	156,3	150,7	141,5	4,1	3,5

Fonte: MEC/INEP.

Notas: ND - Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
ND* - Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 03 de novembro de 2011 ou Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.

Conforme destacado na **Tabela 6**, a nota padronizada da Prova Brasil para os Anos Iniciais regrediu na maioria das escolas, entre 2011 e 2013. Levando-se em conta que a nota varia de 0 a 10, constatou-se que o desempenho se encontra aquém do limite máximo, inclusive registrando, nos referidos anos, distanciamento da Meta Brasil (6,0).

Tabela 7 – Nota Padronizada de Matemática e Português e nota Média Padronizada, por escola, Ensino Fundamental Anos finais - 2011 e 2013

Escola	Nota da Prova Brasil					
	Matemática 2011	Matemática 2013	Português 2011	Português 2013	Nota Média Padronizada (N) 2011	Nota Média Padronizada (N) 2013
C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	230,1	215,2	222,9	212,1	4,2	3,8
Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	208,8	217,6	195,2	216,9	3,4	3,9

Fonte: MEC/INEP.

Notas: ND - Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
ND* - Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 03 de novembro de 2011 ou Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.

Conforme a **Tabela 7**, nos Anos finais, a situação é similar aos Anos iniciais. O município de Amapá do Maranhão registrou diminuição de 0,04 p. (saindo de 3,83, em 2011, para 3,87, em 2013), sendo que a disciplina de Português está com melhor rendimento na Prova Brasil em relação a Matemática. A C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva registrou diminuições de 14,9 e de 10,9 p. em Matemática e Português, respectivamente. Com esta performance, houve redução de 0,4 p. da Nota da Prova Brasil. No entanto, o Anexo I – C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva obteve aumento de 0,5 p. entre 2011 e 2013 na Nota da Prova Brasil, influenciada pelos aumentos de 8,8 e de 21,7 p. em Matemática e Português, respectivamente.

Portanto, de acordo com o que foi discutido acima, destaca-se a importância no monitoramento do desempenho dos alunos durante os anos nos quais são submetidos à avaliação, para que se tenha uma visão mais holística a respeito das dificuldades que os alunos enfrentam durante à sua formação.

3.3.2 Notas no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM[7]

Em Amapá do Maranhão, das 20 escolas existentes em 2013[8], apenas uma possuía matrículas no Ensino Médio, o C.E. Maria do Socorro Almeida Ribeiro – Anexo II, com 418 matrículas.

Apesar do contingente de alunos no Ensino Médio, o INEP não divulgou o resultado do desempenho médio do ENEM de nenhuma das escolas de Amapá do Maranhão. Situação preocupante, posto que sinaliza baixa taxa de participação dos alunos que estão concluindo o Ensino Médio no ENEM.

Destaca-se que as cidades mais próximas de Amapá do Maranhão, não oferecem Ensino Superior Público. No entanto, os alunos do município poderão buscar oportunidade nos municípios das regiões de planejamento mais próximas, como Pinheiro (UFMA e UEMA). Nesse sentido, é preciso avaliar os motivos relacionados ao desestímulo dos alunos concluintes do Ensino Médio em competir no acesso ao Ensino Superior Público, com o intuito de gerar mecanismos de estímulo para o avanço na formação educacional dos residentes de Amapá do Maranhão.

[7] O INEP disponibiliza o desempenho médio dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) somente para as escolas que apresentam os seguintes requisitos: i) número de alunos concluintes do segundo grau e participantes do ENEM de, no mínimo, 10 alunos e; ii) apresentar, no mínimo, 50% de estudantes participantes no ENEM.

[8] Para o referido ano, o número de escolas no Maranhão que atenderam, concomitantemente, os critérios mencionados acima, foram de 275 escolas, o que representa apenas 26,6% do total de escolas (1.033) que apresentavam matrículas no ensino médio em 2013.

3.4 Matrículas em relação às Funções Docentes

De acordo com dados do Ministério da Educação – MEC para o ano de 2014, haviam 2.347 matrículas e 186 funções docentes em Amapá do Maranhão. No Maranhão, por sua vez, quantidade de matrículas e funções docentes, no mesmo ano, era de 2,1 milhões e de 114,9 mil, respectivamente. Com base nesses números, observa-se que em Amapá do Maranhão existe menor quantidade de alunos por docentes (12,6) que na média do Estado (18,3).

No que se refere à proporção matrícula/docente de Amapá do Maranhão em 2014, constatou-se que a escola que possuía o maior número de matrículas por docente foi a Escola Professora Maria do Socorro Mendonça da Silva – Anexo I (25), seguida da UI Governador Epitácio Cafeteira com 20 matrículas/docente. As taxas verificadas nestas escolas são maiores do que as médias do Estado e do Município. Evidencia-se que existe apenas um docente nestas escolas (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de matrículas nas escolas com maior proporção matrícula/docente – Amapá do Maranhão - 2014

Escola		Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca	U.I. Governador Epitacio Cafeteira	U.E. Prof. Doraci Gomes de Sousa	C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	C.E. Maria do Socorro Almeida Ribeiro - Anexo II
Total de Matrículas*		546	316	17	509	410
Creche		-	-	2	-	-
Pré-escola		-	-	5	-	-
Ensino Fundamental	Total	395	316	10	509	-
	Anos iniciais	186	219	10	307	-
	Anos finais	209	97	-	202	-
Ensino Médio		-	-	-	-	410
EJA	Ensino Fundamental	151	-	-	-	-
	Ensino Médio	-	-	-	-	-
Matrícula/Docente		25	20	17	17	16

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/MA

* Não inclui atividades complementares (reforço escolar)

Ainda no tocante às escolas com maior número de matrículas por docentes (Tabela 9), a Escola Professora Maria do Socorro Mendonça da Silva foi a que apresentou o maior número de docentes em 2014. Do total de docentes[9], 19 são concursados/efetivos e 21 possuem Ensino Superior completo

Tabela 9 – Total de docentes concursados e efetivos, segundo grau de formação e docentes por número de salas de aula utilizadas, segundo as escolas com maior proporção matrícula/docente - Amapá do Maranhão – 2014

Escola			Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	U.I. Governador Epitacio Cafeteira	U.E. Prof. Doraci Gomes de Sousa	C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	C.E. Maria do Socorro Almeida Ribeiro - Anexo II
Total de Docentes			22	16	1	30	26
Docentes	Concursados/Efetivos		15	8	-	19	7
	Contratados temporariamente		7	15	1	12	19
Grau de Instrução (Formação)	Médio	Normal/ Magistério	6	11	1	7	-
		Nor/Mag Indígena	-	-	-	-	-
		Médio Comum	3	4	-	15	-
	Superior	Incompleto	-	-	-	1	-
		Completo	17	8	-	21	26
Nº de salas		Existentes	8	7	1	11	11
		Utilizadas	8	7	1	11	11
Docentes/Nº de salas de aula utilizadas			3	2	1	3	2

Fonte: SEDUC/MA

No que tange aos docentes das escolas, cujos resultados do IDEB foram divulgados, o número de alunos por docentes está distribuído conforme a Tabela 10.

[9] É comum a soma dos docentes (concursados e contratados temporariamente) divergir do total de docentes em algumas escolas. Isto se deve ao fato de que existem docentes que possuem duas matrículas, isto é, duas ocupadas por concursado, duas por contratado ou uma na condição de concursado e outra na condição de contratado. A acumulação de dois cargos de professor é garantida pela CF/88, art. 37, inciso XVI, alínea a.

No que tange aos docentes das escolas, cujos resultados do IDEB foram divulgados, o número de alunos por docentes está distribuído conforme a **Tabela 10**.

Tabela 10 – Total de docentes concursados e efetivos, segundo grau de formação, relação matrículas/docentes e docentes por número de salas de aula utilizadas, segundo as escolas cujos o IDEB foi divulgado – 2013

Escola			Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	U.I. Governador Epitacio Cafeteira	U.E. Prof. Doraci Gomes de Sousa	C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonca da Silva	C.E. Maria do Socorro Almeida Ribeiro - Anexo II
Total de Docentes			22	16	1	30	26
Docentes	Concursados/Efetivos		15	8	-	19	7
	Contratados temporariamente		7	15	1	12	19
Grau de Instrução (Formação)	Médio	Normal/ Magistério	6	11	1	7	-
		Nor/Mag Indígena	-	-	-	-	-
		Médio Comum	3	4	-	15	-
	Superior	Incompleto	-	-	-	1	-
		Completo	17	8	-	21	26
Nº de salas		Existentes	8	7	1	11	11
		Utilizadas	8	7	1	11	11
Docentes/Nº de salas de aula utilizadas			3	2	1	3	2

Fonte: SEDUC/MA

Verifica-se que as escolas que obtiveram os melhores desempenhos no IDEB de 2013, foram: C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva e o Anexo I - C.E. Prof. Maria do Socorro Mendonça da Silva. A primeira registrou 30 docentes (19 efetivos e 12 contratados temporariamente), sendo que um docente possui graduação incompleta e 21 possuem formação superior. Já a segunda registrou 22 docentes (15 efetivos e sete contratados temporariamente), sendo que 17 docentes concluíram o Ensino Superior. É importante destacar a Unidade Integrada Governador Epitácio Cafeteira, que registrou 16 docentes (8 efetivos e 15 contratados temporariamente), sendo que oito docentes possuem formação superior.

Destaca-se, assim, a necessidade de investimento público na formação dos docentes e de criação de incentivos para que os mesmos busquem, continuamente, capacitação pedagógica, como forma de elevar a qualidade do ensino. Outro fator que pode contribuir na melhoria do ensino no município é a construção de um plano de carreira para os docentes. Entende-se que professores concursados dispõem de vários benefícios, por exemplo, seguem carreira ao longo dos anos, ganham salários mais elevados, além de outros benefícios, por conseguinte, possuem maior estímulo para o exercício da profissão.

3.5 Função docente por infraestrutura precária da escola[10]

No município Amapá do Maranhão, observa-se, conforme a **Tabela 11**, que as maiores proporções de precariedade se encontram em escolas pertencentes à rede municipal, com predominância na zona rural com destaque para o indicador Destino do Lixo, que apresentou destinação inadequada em todas as escolas, enquanto na zona urbana o indicador teve representatividade de 37,5%. Verifica-se ainda que todos (100%) dos docentes, que lecionam nestas zonas, não desfrutam de condições favoráveis para que possam trabalhar dignamente[11].

Tabela 11 – Percentual de escolas que não possuem serviços básicos adequados, segundo dependência administrativa - Amapá do Maranhão – 2014.

Dependência administrativa	Zona	Abastecimento de água	Esgoto sanitário	Destinação do Lixo	Fornecimento de energia	Local de funcionamento
Municipal	Rural	-	-	100,0%	-	-
	Urbana	-	-	37,5%	-	-
Total	Rural	11	11	11	11	11
	Urbana	8	8	8	8	8

Fonte: SEDUC/MA

[10] Com o intuito de mensurar a quantidade de escolas sem o acesso adequado a esses serviços básicos, utilizou-se os seguintes parâmetros: i) considerou abastecimento de água inadequado, toda a escola que não tinha abastecimento de água ou cuja forma de abastecimento era por rio, fonte, Igarapé, Riacho, Córrego; ii) estabeleceu-se com esgoto sanitário inadequado, estão todas as escolas sem esgotamento sanitário; iii) foi considerado fornecimento de energia inadequado, toda escola sem energia elétrica; iv) destinação de resíduos sólidos inadequados, todas as escolas sem coleta periódica ou destinação para a reciclagem; e v) Local de funcionamento inadequado as escolas que funcionam em galpão, Rancho Paiol, Barracão.

[11] Ressalta-se que o espaço físico escolar possui grande importância para o corpo discente, uma vez que este será cenário diário de estudo, discussões, debates, reflexões, convívios sociais e lazer. Com base nesses termos, destaca-se que é indispensável que tanto a infraestrutura quanto o espaço físico escolar são objetos de observação.

Além da importância do espaço construído, outro fator influencia no desenvolvimento didático dos alunos e no ambiente de trabalho dos docentes são as dependências existentes na escola[12]. A **Tabela 12** apresenta o percentual de escolas que apresentaram ausência das principais dependências.

Tabela 12 – Percentual das escolas, por dependência administrativa, que não apresentam nenhuma dependência relacionada a: Lazer e esporte; atividades de pesquisa, leitura e entretenimento; banheiro; cozinha e; dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida - 2014.

Dependência administrativa	Zona	Lazer e esporte	Atividades de pesquisa, leitura e entreteni-mento	Banheiro	Cozinha	Depend. e vias adeq. a alunos com defic. ou mob. reduzida	Outros
Estadual	Rural	-	-	-	-	-	-
	Urbana	-	-	-	-	12,5%	12,5%
Municipal	Rural	9,1%	100,0%	-	-	90,9%	100,0%
	Urbana	-	37,5%	-	-	50,0%	75,0%
Total	Rural	11	11	11	11	11	11
	Urbana	8	8	8	8	8	8

Fonte: SEDUC/MA

Verificou-se que maioria das escolas municipais, em especial da zona rural, não disponibilizam destas dependências, as quais podem colaborar para um aprendizado de qualidade. Quanto às condições de acessibilidade, constatou-se que 90,9% das escolas de Amapá do Maranhão não dispõem de dependências e vias para alunos com deficiência. No tocante a dependências voltadas para Atividades de pesquisa, leitura e entretenimento todas as escolas não oferecem esses ambientes, impedindo assim, qualquer outra atividade extraclasse que necessite desses espaços.

[12] Tais dependências, são: i) Lazer e esporte - composta por Quadra de Esporte, Parque Infantil, Pátio e Área Verde; ii) Atividades de pesquisa, leitura e entretenimento - composta por Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Biblioteca, Auditório e Sala de Leitura; iii) Banheiro; iv) Cozinha; v) Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; e vi) Outras composta por Sala de professores, Diretoria, Secretária, Refeitório, Despensa, Almoxarifado, Lavanderia, etc. Tais dependências podem refletir em fatores tão diversos como a sociabilidade dos usuários, seu desempenho escolar e mesmo em sua saúde.

Renda



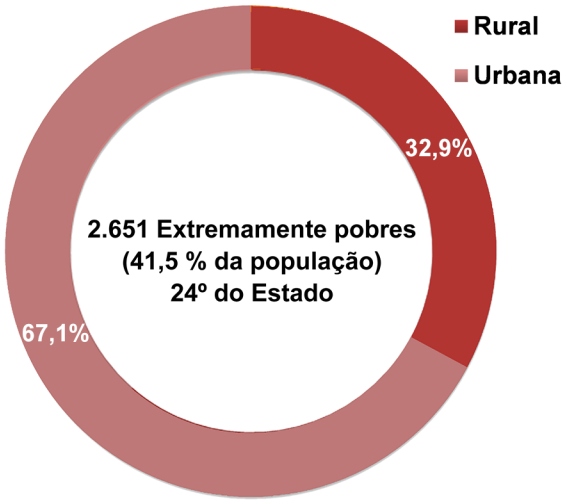
4.Renda

Amapá do Maranhão é o município com o 25º menor IDHM-R do Maranhão. Para compreender os determinantes dessa situação serão apresentadas, a seguir, algumas informações, como: Extrema Pobreza e Benefícios Sociais; Trabalho e Renda; Produção Agropecuária e Comercialização.

4.1 Extrema Pobreza e Benefícios Sociais

De acordo com os dados do Censo 2010, o município de Amapá do Maranhão é o 24º município com maior percentual de extremamente pobres do Maranhão, com 41,5% da sua população vivendo nessa condição. Nesse município, um contingente de 2.651 pessoas aufere uma renda mensal per capita de até R$ 77,00. Desse total, 67,1% encontra-se na zona urbana e 32,9% na zona rural. (Gráfico 5).

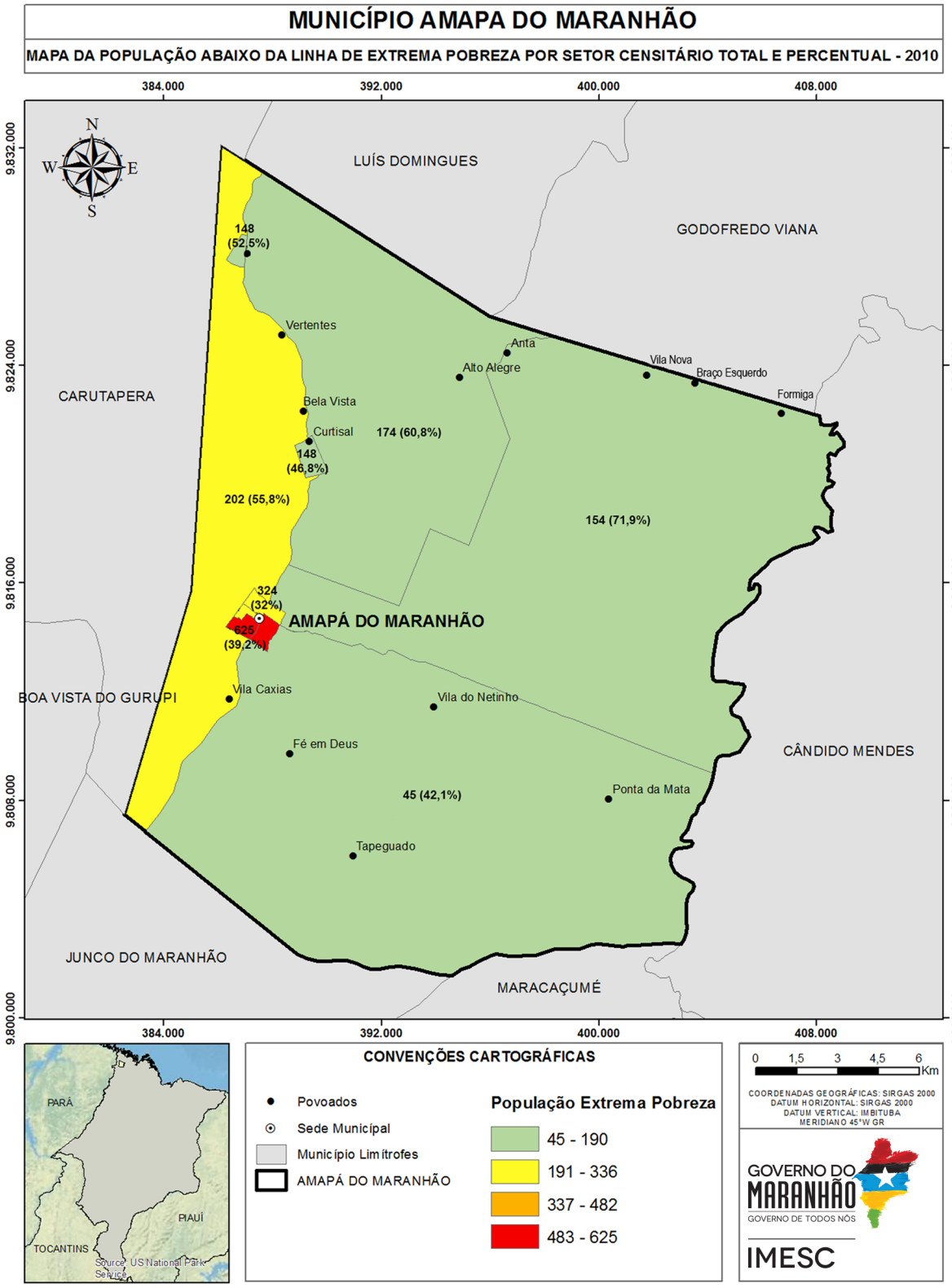
Gráfico 5 – Extremamente pobres – Total e % na Zona Urbana e Rural – Amapá do Maranhão – 2010



Fonte: IBGE

O **Mapa 5** mostra a distribuição, no território do município, do quantitativo de pessoas extremamente pobres, por setores censitários. Nota-se que os setores com maior aglomerado de extremamente pobres do município localizam-se na sede e concentram 42,5% (1.128 pessoas) do total de extremamente pobres de Amapá do Maranhão.

Mapa 5: Mapa da População abaixo da linha de extrema pobreza por setor Censitário de Amapá do Maranhão



Fonte: IBGE(2010) IMESC(2015).

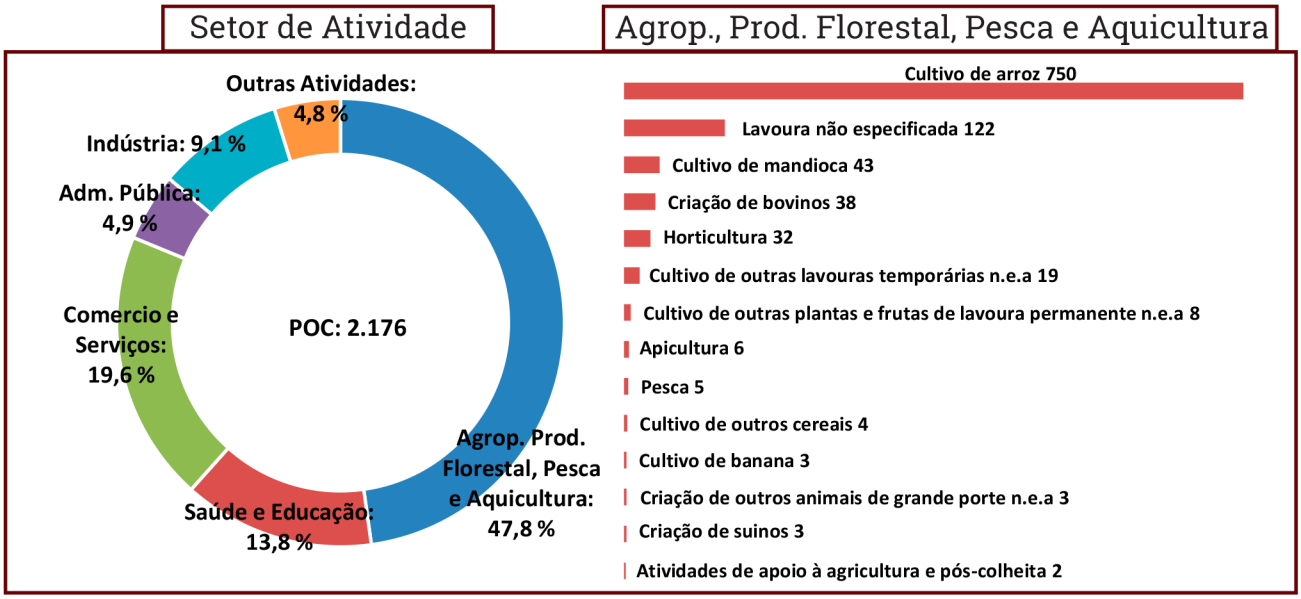
Em Amapá do Maranhão, um total de 1.703 famílias estão registradas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e um total de 1.246 famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família - PBF[13](MDS, 2015).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, apenas 11 idosos e 29 pessoas com deficiência são favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC[14]em Amapá do Maranhão. Tendo em vista que, de acordo com o Censo 2010, a população de 60 anos ou mais de idade perfaz um total de 459 pessoas no município, pode-se inferir que há idosos elegíveis ao BPC que não estão recebendo o benefício.

4.2 Trabalho e Renda

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a Taxa de Ocupação[15]do município de Amapá do Maranhão é de 90,6% (2.176 Pessoas Ocupadas - POC). Uma parcela significativa da população ocupada (47,8%) está trabalhando em atividades agropecuárias, produção florestal, pesca e aquicultura. As outras atividades com maiores níveis de ocupação no município são Comércio e Serviços (19,6%) e Saúde e Educação (13,8%). **(Figura 7).**

Figura 7 - População Ocupada por Subsetor de Atividade (Percentual) e População Ocupada na Agropecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Total) – Amapá do Maranhão – 2010



Fonte: IBGE n.e.a.: não especificadas anteriormente

[13] O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. (MDS, 2015).

[14] O Benefício de Prestação Continuada - BPC assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com renda mensal familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo vigente. Para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. (MDS, 2015).

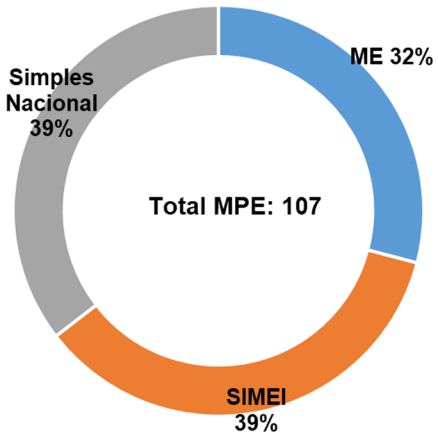
[15] Taxa de Ocupação: População Ocupada em relação à População Economicamente Ativa. (IBGE, 2015).

As Atividades Produção Florestal, Pesca e Aquicultura ocupam 1.040 pessoas em Amapá do Maranhão. As atividades mais frequentes são: cultivo de arroz (750), lavoura não especificada (122) e cultivo de mandioca (43 pessoas), culturas eminentemente familiares. (Figura 7).

Em se tratando de emprego formal, Amapá do Maranhão possui 217 registros, sendo 208 na Administração Pública, 8 no Comércio e 1 no Serviço (RAIS, 2014). Esse dado demonstra o grau de precarização do mercado de trabalho, pois apenas 10% da população ocupada no município encontra-se no mercado formal.

No que se refere aos estabelecimentos formais, no município de Amapá do Maranhão há 113 empresas formais ativas, sendo 107 Micro e Pequenas Empresas – MPE. Desse total, 42 são Microempreendedores Individuais (Optantes ao simples que recolhem tributos através do SIMEI) e 34 são Microempresas - ME (não optantes ao Simples). As demais 42 são MPEs optantes ao regime do Simples Nacional (EMPRESÔMETRO, 2015).

Gráfico 6 – MPE de Amapá do Maranhão, por regime de tributação – Total e % – 2015*



Fonte: Empresômetro
*Dados coletados em 30/05/15

“Em se tratando de emprego formal, Amapá do Maranhão possui 217 registros”

A **Tabela 13**, a seguir, mostra a quantidade de MPE de Amapá do Maranhão, segundo Atividade Econômica. Ressalta-se que esse é o registro das empresas formais ativas. Entretanto, segundo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE[16], do IBGE, no ano de 2010, existiam nesse município aproximadamente 228 empresas, entre formais e informais, assim distribuídas: 140 empresas do ramo de Comércio, 47 nos Serviços e 41 na Indústria.

"Em 2010, existiam nesse município aproximadamente 228 empresas, entre formais e informais"



[16]O Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE apresenta uma lista de endereços classificados por tipo (unidades residenciais, unidades de ensino, unidades de saúde e outros), sem mencionar informação econômica ou social correspondente àquele endereço. (IBGE, 2015).

Tabela 13 – Quantidade de Micro e Pequenas Empresas (MPE) formais, por Atividade Econômica – Amapá do Maranhão – 2015*

Atividade Econômica	2015
Total	**107**
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	19
Comércio varejista de materiais de construção em geral	8
Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	7
Serrarias com desdobramento de madeira	4
Comércio varejista de bebidas	4
Comércio varejista de artigos de armarinho	4
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	4
Comércio varejista de bicicletas e triciclos	3
Marketing direto	3
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	3
Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	3
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	3
Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2
Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	2
Casas lotéricas	2
Lojas de departamentos ou magazines	2
Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	2
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	2
Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	1
Educação infantil - creche	1
Atividade medica ambulatorial restrita a consultas	1
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica	1
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados	1
Comércio varejista de calcados	1
Obras de alvenaria	1
Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	1
Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	1
Construção de edifícios	1
Comércio varejista de artigos esportivos	1
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	1
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	1
Representantes comerciais e agentes do Comércio de mercadorias em geral não especializado	1
Atividades de sonorização e de iluminação	1
Reparação de artigos do mobiliário	1
Comércio varejista de artigos de papelaria	1
Treinamento em informática	1
Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	1
Atividades de apoio a educação, exceto caixas escolares	1
Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	1
Salas de acesso à internet	1
Comércio varejista de medicamentos veterinários	1
Fabricação de móveis com predominância de madeira	1
Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	1
Outros alojamentos não especificados anteriormente	1
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	1
Representantes comerciais e agentes do Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1
Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (glp)	1
Comércio varejista de carnes - açougues	1

Fonte: Empresômetro *Dados coletados em 30/05/2015

Tabela 14 – Receita Total e principais Rubricas (Em R$), a preços* de jun/15 – Amapá do Maranhão – 2013

Rubrica	Valor (R$)	% Em relação a Receita Total
Receita Total[1]	**22.779.697,7**	**100,0**
Receitas Correntes	**16.441.180,0**	**72,2**
Receita Tributária	440.992,5	1,9
ISSQN	219.754,7	1,0
Transferências Correntes	15.866.250,1	69,7
FPM	6.157.188,7	27,0
FUNDEB	6.383.478,1	28,0
Outras Transf. Correntes	3.325.583,3	14,6
Outras Receitas Correntes	---	---
Receitas de Capital	**6.338.517,7**	**27,8**

Fonte: STN *Valores inflacionados pelo IPCA.
1.Receita Total: Receitas Correntes + Receitas de Capital.

Como consequência do baixo dinamismo da economia e do pequeno índice de formalização, tem-se uma baixa capacidade de geração de renda nesse município. Os dados fiscais mostram que o grau de dependência em relação às Receitas Transferidas é de 69,7%.

Tabela 15 – Massa de Rendimentos (em R$), a preços* de jun/15 – Amapá do Maranhão – 2010

Massa de rendimentos 2010	Massa de rendimentos (R$)		
	Mensal	Anual	Participação (%)
Massa de rendimentos	**1.571.520,9**	**19.920.461,6**	**100,0**
Rendimento do Trabalho	1.062.210,9	13.808.742,0	69,3
Transferência ou Aposentadoria	504.814,9	6.057.778,2	30,4
Outros rendimentos	4.495,1	53.941,4	0,3

Fonte: IBGE *Valores inflacionados pelo IPCA

A desagregação da massa de rendimentos anual mostra que 69,3% do fluxo de renda do município de Amapá do Maranhão advém do Trabalho e 30,4% são provenientes de Transferências. Os demais 0,3% são rendimentos de outras fontes.

No ano de 2014, o montante de recursos provenientes da aposentadoria alcançou a cifra de 3,5 milhões em Amapá do Maranhão (12,1% do PIB).

Tabela 16 – Aposentadoria Urbana e Rural, Bolsa Família (em R$) e participação no PIB[1], a preços* de junho/15 – Amapá do Maranhão – 2014

Aposentadoria	Aposentadoria (R$)	
	Total Anual	% PIB[1]
Aposentadoria	3.508.542,1	12,1
Urbana	535.156,9	1,8
Rural	2.973.385,2	10,2
Bolsa Família	2.913.322,8	10,0

Fonte: Ministério da Previdência Social; MDS, IMESC
1. PIB 2012 *Valores inflacionados pelo IPCA

A Aposentadoria Rural tem um peso mais significativo no PIB (10,2%), relativamente à aposentadoria urbana (1,8% PIB). Em se tratando do Programa Bolsa Família, o recurso de R$ 2,9 milhões transferido para os beneficiários de Amapá do Maranhão, no ano de 2014, representou 10,0% do PIB do ano de 2014.

4.3 Produção Agropecuária e Comercialização

O **Quadro 1**, a seguir, mostra a relação dos principais produtos agropecuários do município de Amapá do Maranhão por povoado. De acordo com o secretário de Agricultura do município, Flávio Ferreira de Sousa, a produção de Amapá do Maranhão concentra-se principalmente na pecuária e na pesca, além da lavoura temporária de milho, arroz e feijão. As atividades produtivas não recebem assistência técnica e a produção é destinada tanto para o autoconsumo dos produtores como para a comercialização no próprio município.

Quadro 1 – Quadro dos principais produtos agrícolas, por Povoados, Sistema de Produção, Assistência Técnica, Quantidade aproximada de Produtores, Destino da Produção e Local da Comercialização.

Produção	Povoados	Sistemas de Produção	Recebe assistência técnica	Qtd. aproximada de produtores	Destino da produção	Local da Comercialização
Milho, Arroz, Feijão, Extrativismo, Mel	Anta	Semi-Intensivo	Não	20	---	Próprio município
Milho, arroz e feijão	Nelito	Semi-Intensivo	Não	8	---	Próprio município
Pecuária Bovina e Pesca	Vila Caxias	Semi-Intensivo	Não	---	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Vila Soares	---	Não	12	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Curtiçal	---	Não	40	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Bela Vista	---	Não	25	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Alto Alegra	---	Não	8	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Teixeiros	---	Não	15	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Barroso	---	Não	30	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Formiga	---	Não	12	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Vertente	---	Não	25	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município
Milho, Arroz, Feijão, Pecuária Bovina e Pesca	Nova Vida	---	Não	50	Autoconsumo e Comercialização	Próprio município

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Amapá do Maranhão, 2015.

Figura 8 – Área de Pastagem de Bovinos em Amapá do Maranhão.



Fonte: IMESC, 2015

Figura 9 – Casa de Farinha do Povoado Vila Caxias em Amapá do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015

No tocante aos canais de comercialização, o município possui um Mercado Público Municipal, que conta com 33 boxes. Destaca-se que há comercialização no entorno do mercado, principalmente de bebidas. No município há a realização de feira semanal (às sextas-feiras) que comercializa principalmente confecções.

O município aderiu ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE. A merenda escolar adquirida da agricultura familiar é proveniente dos municípios de Maracaçumé - MA e Presidente Médici - MA, que fornecem: carne, batata-doce, maracujá, polpa de fruta, mamão, banana e hortaliças como tomate, cebola, pepino, abóbora, alface, cheiro verde, dentre outros. De acordo com o secretário de Agricultura, a merenda escolar não é comprada junto aos agricultores familiares do próprio município, devido à inadimplência das associações.

A merenda escolar que não é proveniente da agricultura familiar é adquirida, principalmente, no município de Pinheiro - MA. Os principais produtos comprados são: arroz, feijão, ovos, sardinha, flocos de milho e leite em pó.

Longevidade



5.Longevidade

O IDHM-Longevidade (IDHM-L) de Amapá do Maranhão se encontra crescente tendo aumentado 0,034 no período 1991 a 2000 e 0,111 no período 2000 a 2010, totalizando um crescimento de 0,145 no índice no período de 1991 a 2010. Em termos de Expectativa de Vida, este aumento representou um acréscimo de 8,7 anos no intervalo de 1991-2010, sendo 2,02 anos no período 1991 a 2000 e 6,68 anos de 2000 a 2010, conforme demonstrado na **Tabela 17**.

Mesmo com o avanço explicitado, a Expectativa de Vida do município de Amapá do Maranhão se manteve abaixo da Expectativa do Estado, com uma diferença variando de 0,45 anos em 1991, 4,31 em 2000 e 4,11 anos em 2010.

Tabela 17 – IDHM, IDHM-Longevidade e Expectativa de vida – Amapá do Maranhão – 1991, 2000 e 2010

ANO	Brasil			Maranhão			Amapá do Maranhão		
	IDHM	IDHML	Expectativa de vida	IDHM	IDHML	Expectativa de vida	IDHM	IDHML	Expectativa de vida
1991	0,493	0,662	64,73	0,357	0,551	58,04	0,165	0,543	57,59
2000	0,612	0,727	68,61	0,476	0,649	63,92	0,327	0,577	59,61
2010	0,727	0,816	73,94	0,639	0,757	70,4	0,52	0,688	66,29

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Nota: Dados coletados em 16/07/2015

5.1 Saúde da criança e da mulher

Amapá do Maranhão não apresentou óbito infantil (menor de 1 ano) no ano de 2013, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM – (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O Município não dispunha de Hospital Geral de gestão municipal inscrito no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES – (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013), porém, uma unidade hospitalar encontra-se em processo de construção **(Figura 10)**.

Desta forma, os nascidos vivos em parto hospitalar nasceram em outros municípios, em que 54,7% (70) nasceram em parto hospitalar vaginal e 36,7% (47) em parto hospitalar cesáreo, totalizando91,4% (117) de nascidos vivos neste tipo de parto; no que se refere a parto domiciliar, 6,2% (8) do total de nascidos vivos (128) nasceram em parto domiciliar no próprio município e 2,3% (3) nasceram por outros tipos de parto em locais ignorados.

Figura 10 – Hospital de Amapá do Maranhão em construção



Fonte: IMESC, 2015.

Destaca-se que 60,9% de todos os nascidos vivos do município nasceram em parto vaginal, percentual acima do Estado (58,7%) e do Brasil (43,2%), contra 36,7% de nascidos vivos em parto cesáreo, conforme Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC – (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Entretanto, este percentual ainda não atinge o parâmetro recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS – e adotado pelo Ministério da Saúde, de 10% a 15% de partos cesáreos.

Nota-se na **Tabela 18** que em relação à idade da mãe:

- A faixa de idade com maior quantidade de nascidos vivos é a faixa de 20 a 24 anos (55), seguida das faixas de 15 a 19 anos (37) e de 25 a 29 anos (19), representando respectivamente 42%, 29% e 14,8% de todos os nascidos vivos;
- Houve apenas um nascido vivo de mãe na faixa etária de 10 a 14 anos, sendo o mesmo nascido em parto hospitalar cesáreo de mãe com 4 a 7 anos de estudo; bem como apenas um nascido vivo de mãe na faixa etária de 40 a 44 anos;
- 4,7% (6) de todos os nascidos vivos foram de mães com 35 anos ou mais[17];
- As faixas de idade de 15 a 19 e 20 a 24 anos contém juntas sete dos oito nascidos vivos em parto domiciliar vaginal;
- As faixas de idade com maior quantidade de nascidos vivos em parto hospitalar vaginal são de 20 a 24 anos (31) e 15 a 19 anos (19), representando respectivamente 44,3% e 27,1% dos nascidos vivos neste tipo de parto;
- As faixas de idade com maior quantidade de nascidos vivos em parto hospitalar cesáreo são de 20 a 24 anos (19) e 15 a 19 anos (14), representando respectivamente 40,4% e 29,7% dos nascidos vivos neste tipo de parto.

Tabela 18 - Nascidos vivos por idade e grau de instrução da mãe e tipo de parto – Amapá do Maranhão – 2013

Idade da mãe (anos)	Grau de instrução da mãe (anos)																			
	Parto domiciliar					Parto hospitalar													Outros tipos de parto	TOTAL
	Vaginal					Vaginal							Cesáreo					Total		
	1 a 3	4 a 7	8 a 11	Ignorado	Total	Nenhum	1 a 3	4 a 7	8 a 11	12 e mais	Ignorado	Total	4 a 7	8 a 11	12 e mais	Ignorado	Total			
10 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	1
15 a 19	-	2	1	-	3	-	3	10	3	-	3	19	7	4	-	3	14	33	1	37
20 a 24	2	1	-	1	4	-	3	14	5	1	8	31	2	10	-	7	19	50	1	55
25 a 29	-	1	-	-	1	-	3	3	-	-	5	11	-	2	2	2	6	17	1	19
30 a 34	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	1	5	3	1	-	1	5	10	-	10
35 a 39	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	1	4	-	-	1	-	1	5	-	5
40 a 44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1
Total	2	4	1	1	8	1	11	29	10	1	18	70	13	17	3	14	47	117	3	128

Fonte: DATASUS/SINASC.

Nota: Dados coletados em 30/07/2015.

[17] Uma das características individuais desfavoráveis e presentes anteriormente à gestação, dentro dos marcadores e fatores de risco gestacional, é a idade maior que 35 anos, segundo Manual Técnico da Gestação de Alto Risco do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009).

No que se refere ao grau de instrução da mãe observa-se que:

• Houve apenas um nascido vivo de mãe com nenhum grau de instrução, o mesmo nascido em parto hospitalar cesáreo de mãe com 20 a 24 anos de idade;

• A maioria dos nascidos vivos (47) foram de mães com 4 a 7 anos de estudo, seguida do grupo cujas mães com grau de instrução ignorado (35), representando, respectivamente, 36,7% e 27,3% de todos os nascidos vivos;

• De todos os nascidos vivos em parto domiciliar (8), metade deles nasceu de mães com 4 a 7 anos de estudo;

• A maioria dos nascidos vivos em parto hospitalar vaginal (29) foram de mães com 4 a 7 anos de estudo, seguida do grupo cujas mães tinham grau de instrução ignorado (18), representando, respectivamente, 41,4% e 25,7% dos nascidos vivos neste tipo de parto;

• A maioria dos nascidos vivos em parto hospitalar cesáreo (17) foram de mães com 8 a 11 anos de estudo, seguida do grupo cujas mães tinham grau de instrução ignorado (14), representando, respectivamente, 36,1% e 29,8% dos nascidos vivos neste tipo de parto.

Tabela 19 - Nascidos vivos por tipo de parto, consultas pré-natais e grau de instrução da mãe – Amapá do Maranhão – 2013

Grau de instrução da mãe (anos)	Consultas pré-natais																
	Parto domiciliar				Parto hospitalar											Outros tipos de parto	TOTAL
	Vaginal				Vaginal					Cesáreo							
	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total	Total		
Nenhum	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1
1 a 3	1	-	1	2	3	3	4	1	11	-	-	-	-	-	11	-	13
4 a 7	-	1	3	4	5	4	13	7	29	3	3	2	5	13	42	1	47
8 a 11	-	1	-	1	4	1	5	-	10	4	-	3	10	17	27	-	28
12 e mais	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	1	1	3	4	-	4
Ignorado	-	-	1	1	8	7	3	-	18	8	4	1	1	14	32	2	35
Total	1	2	5	8	21	15	26	8	70	15	8	7	17	47	117	3	128

Fonte: DATASUS/SINASC

Nota: Dados coletados em 30/07/2015.

O Município realiza todos os procedimentos[18] preconizados pelo Sistema de Acompanhamento das Gestantes (SISPRENATAL) inseridas no Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, conforme consta em questionário[19] aplicado pela Secretaria de Estado da Saúde – SES.

[18] Principais procedimentos - Tipagem sanguínea - ABO-Rh, na primeira consulta; Sífilis - VDRL, um exame na primeira consulta e um na 30ª semana da gestação; Urina – rotina, (elementos anormais e sedimentos) - um exame na primeira consulta e um na 30ª semana da gestação; Glicemia de jejum, um exame na primeira consulta e um na 30ª semana da gestação; Hemograma - HB/Ht, na primeira consulta; Oferta de Testagem anti-HIV, com um exame na primeira consulta, naqueles municípios com população acima de 50 mil habitantes; Aplicação de vacina antitetânica dose imunizante (segunda do esquema recomendado) ou dose de reforço em mulheres já imunizadas; Realização de atividades educativas; Classificação de risco gestacional a ser realizada na primeira consulta e nas subsequentes; Garantir às gestantes classificadas como de risco, atendimento ou acesso à unidade de referência para atendimento ambulatorial e/ou hospitalar à gestação de alto risco.

[19] Questionário aplicado pela SES aos gestores municipais de saúde na ocasião do Mutirão Mais IDH, realizado de março a maio de 2015.

No que se refere às consultas pré-natais, o Município não atingiu o parâmetro de 90% com mães que realizaram 7 ou mais consultas indicadas pelo Ministério da Saúde, tendo tido apenas 19,5% (25) de nascidos vivos nesta condição. Deste universo, 32% (8) nasceram em parto hospitalar vaginal, 68% (17) em parto hospitalar cesáreo, conforme a **Tabela 19.**
Observa-se ainda que:

- A maior parte dos nascidos vivos (38) foram de mães que realizaram de 4 a 6 consultas, seguida das faixas de nenhuma consulta (37) e das faixas de 1 a 3 e 7 ou mais consultas (ambas com 25), representando respectivamente, 38,4%, 30,8% e 20,9% do total;
- Houve um nascido vivo em parto domiciliar vaginal, cuja mãe não realizou nenhuma consulta e possuía de 1 a 3 anos de estudo;
- Dos oito nascidos vivos em parto domiciliar vaginal, cinco foram de mães que realizaram de 4 a 6 consultas;
- A maior incidência de nascidos vivos em parto hospitalar vaginal está na faixa de 4 a 6 consultas (26), seguida da faixa de nenhuma consulta (21), representando, respectivamente, 37,1% e 30% dos nascidos vivos neste tipo de parto;
- A maior incidência de nascidos vivos em parto hospitalar cesáreo está na faixa de 7 ou mais consultas (17), seguida da faixa de nenhuma consulta (15), representando 36,2% e 31,9% dos nascidos vivos neste tipo de parto, respectivamente.

Tabela 20 - Nascidos vivos por tipo de parto, consultas pré-natais e duração da gestação – Amapá do Maranhão - 2013

Duração da gestação (semanas)	Consultas pré-natais																
	Parto domiciliar				Parto hospitalar											Outros tipos de parto	TOTAL
	Vaginal				Vaginal					Cesáreo					Total		
	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total	Nenhuma	1 a 3	4 a 6	7 ou mais	Total			
Menos de 32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	-	2
32 a 36 (pré-termo)	-	-	1	1	-	1	3	1	5	-	-	-	2	2	7	-	8
37 a 41 (a termo)	-	2	1	3	-	4	16	4	24	1	2	4	7	14	38	-	41
42 ou mais (pós-termo)	-	-	2	2	1	1	4	1	7	2	-	-	-	2	9	-	11
Ignorada	1	-	1	2	20	9	3	2	34	12	5	3	7	27	61	3	66
Total	1	2	5	8	21	15	26	8	70	15	8	7	17	47	117	3	128

Fonte: DATASUS/SINASC
Nota: Dados coletados em 30/07/2015

No que tange à duração da gestação observa-se na **Tabela 20** que de todos os nascidos vivos:

• A maioria dos nascidos vivos (66) nasceram com duração da gestação ignorada[20], seguida do grupo de nascidos vivos que nasceram a termo (41), representando respectivamente, 51,7% e 32% de todos os nascidos vivos;

• Os casos de nascimento a termo foram mais recorrentes no parto hospitalar vaginal (24), o que representa cerca de 58% do total de nascidos vivos neste tipo de parto;

• Houve dois casos de nascidos vivos com menos de 32 semanas, ambos nasceram em parto hospitalar cesáreo. Destes, um foi de mãe que realizou de 1 a 3 consultas pré-natais e o outro foi de mãe que realizou 7 ou mais consultas;

• Houve três nascidos vivos por outros tipos de parto[21] em locais ignorados, todos com duração da gestação ignorada;

• Houve um caso de nascido vivo pré-termo nascido em parto domiciliar vaginal, cuja mãe realizou de 4 a 6 consultas pré-natais;

• Dos 11 casos de nascidos vivos pós-termo, dois nasceram em parto domiciliar vaginal, sete nasceram em parto hospitalar vaginal e dois nasceram em parto hospitalar cesáreo;

• Dos 66 nascidos vivos com duração da gestação ignorada, 51,5% (34) nasceram em parto hospitalar vaginal e (27) 40,9% nasceram em parto hospitalar cesáreo; enquanto 3% (2) nasceram em parto domiciliar;

• Dos oito nascidos vivos em parto domiciliar vaginal, três nasceram a termo, dois, pós-termo, dois, com duração da gestação ignorada e um, pré-termo;

• A maioria dos nascidos vivos em parto hospitalar vaginal (34) nasceu com duração da gestação ignorada, seguida do grupo cujo nascimento foi a termo (24), representando, respectivamente, 48,6% e 34,3% dos nascidos vivos neste tipo de parto;

• A maioria dos nascidos vivos em parto hospitalar cesáreo (27) nasceram com duração da gestação ignorada, seguida do grupo cujo nascimento foi a termo (14), representando, respectivamente, 57,4% e 29,8% dos nascidos vivos neste tipo de parto.

[20] A existência de nascidos vivos com duração da gestação ignorada remete a vários problemas como a falta de estruturas de saúde para oportunizar o acesso da gestante ao pré-natal e os exames básicos.

[21] O termo "outros tipos de parto" diz respeito aos partos com fórceps e outros, de acordo com as categorias instituídas pelo DATASUS.

5.2 Atenção Básica

Segundo informações do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), o município tem uma Unidade Básica de Saúde – UBS com três Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal – Modalidade I.

Estas equipes são compostas pelos profissionais relacionados no Quadro 2, que destacam como principais obstáculos para o bom atendimento as condições de locomoção, principalmente no que se refere ao automóvel, e a falta de equipamentos, sobretudo material de consumo, conforme consta em questionário aplicado pela SES na ocasião do I Mutirão Mais IDH **(Figura 11)**.

Figura 11 – Local do Mutirão da Saúde em Amapá do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015

Quadro 2 - Profissionais das Equipes de Saúde – Amapá do Maranhão – 2015

PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Médico	3
Enfermeiro	4
Auxiliar de Enfermagem	4
Agente Comunitário de Saúde	19
Cirurgião Dentista	2
Auxiliar em Saúde Bucal	2
Assistente Social	-
Farmacêutico	1
Fisioterapeuta	-
Fonoaudiólogo	-
Nutricionista	1
Profissional/ Prof. de Educação Física	-
Psicólogo	-
Terapeuta Ocupacional	-
Médico Ginecologista/Obstetra	-
Médico Acupunturista	-
Médico Homeopata	-
Médico Pediatra	-
Médico Psiquiatra	-
Médico Geriatra	-
Médico Internista (clínica médica)	-
Médico do Trabalho	-
Médico Veterinário	-
Profissional com formação em arte e educação (arte educador)	-
Profissional de saúde sanitarista	-

Fonte: SES

No que se refere a estabelecimentos de saúde, o Município também possui dois postos de saúde que abrigam a Estratégia Saúde da Família, Serviços de Atenção aos Pacientes com Tuberculose, dentre outros, um deles ilustrado na **Figura 12**.

Figura 12 – Posto de Saúde Manoel dos Santos Ribeiro em Amapá do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015.

5.3 Doenças Crônicas, Endêmicas e Sexualmente Transmissíveis

O município apresenta um número crescente de pessoas acompanhadas com hipertensão e diabetes pelas Equipes de Saúde da Família, que pode significar tanto o aumento dos casos existentes, quanto o aumento das pessoas que são acompanhadas. Em Amapá do Maranhão, os portadores de tais doenças crônicas podem receber seus medicamentos gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde.

A média de crescimento anual de pessoas acompanhadas com hipertensão entre os anos de 2004 e 2014 no município de Amapá do Maranhão foi de 15,07% e com diabetes foi 12,29%. De acordo com a **Tabela 21** a população acompanhada cresce num ritmo mais acelerado quando comparado ao crescimento populacional.

Tabela 21 – População residente e população acompanhada com diabetes e hipertensão, por ano – Amapá do Maranhão – 2004-2014

População	Ano										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População	6.261	6.445	6.627	6.168	6.361	6.451	6.431	6.508	6.583	6.669	6.731
População acompanhada com diabetes	399	607	642	694	730	817	953	946	1034	1064	1295
População acompanhada com hipertensão	999	1888	2658	2892	3124	3322	3407	3491	3923	3921	4067

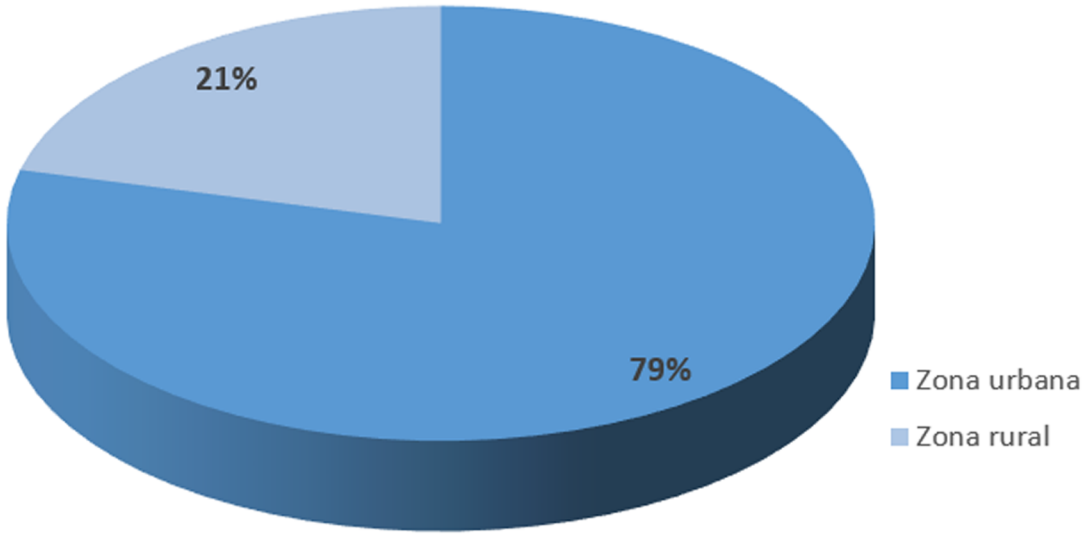
Fonte: IIBGE, (2010) Adaptado.

Tratando-se de hanseníase, foram registrados 14 casos de 2012 a 2014, bem como para os casos de AIDS foram registrados dois casos em 2010 e três em 2011 segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

5.4 Saneamento Básico

Os serviços de saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos - prestados no município, apresentam *déficit* de cobertura. Segundo dados do CENSO (IBGE, 2010), o município contava com 50,57% (760) dos domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água, sendo que desse total 79 % na zona urbana e 21% na zona rural **(Gráfico 7)**.

Gráfico 7 – Domicílios abastecidos com rede geral de água, zona urbana e zona rural (%)



Fonte: IBGE, (2010) Adaptado.

Conforme informações prestadas pelo município através do questionário Mais IDH aplicado pelo IMESC, o serviço de abastecimento de água **(Figura 13)** conta com 20 poços ativos, 5 desativados e 1 reservatório elevado de concreto com capacidade de 20m³. Toda captação de água do município é subterrânea, tendo uma média de vazão em torno de 7m³/h.

Quanto à rede de distribuição o município não dispõe de informações sobre sua extensão , mas o principal material utilizado é o PVC com diametros de 25mm e 40mm. O fornecimento ocorrre somente durante 3 horas por dia, e não é cobrada taxa municipal.

Figura 13 – Sistema de abastecimento de água - Rede Geral – Amapá do Maranhão



Fonte: IMESC, 2015

O município não possui coleta de esgoto ligado à rede geral e, segundo dados do CENSO (IBGE, 2010), apenas 29,47% dos domicílios possuem esgotamento por fossa séptica, a maior parte faz uso de fossas rudimentares (59,61%) e 10% utilizam valas, rios ou outros escoadouros, tanto na zona urbana quanto na rural.

Este cenário contribui direta e indiretamente para a proliferação de doenças de veiculação hídrica no município, onde os principais casos diagnosticados são: infecções intestinais por protozoários e bactérias, conforme o questionário do Mais IDH aplicado pela Secretária Estadual de Saúde – SES.

No que se refere aos serviços de coleta de resíduos sólidos, segundo dados do CENSO (IBGE, 2010), apenas 27,88% dos domicílios são atendidos, os demais queimam ou descartam o lixo em terrenos próximos às residências[22] **(Figura 14).**

Figura 14 – Descarte de lixo em terreno baldio – Amapá do Maranhão



Fonte: IBGE, (2010) Adaptado.

[22] O descarte inadequado dos resíduos sólidos resulta em áreas ambientalmente degradadas, sujeitas à proliferação de animais vetores de doenças, que comprometem a qualidade de vida dos moradores.

O **Quadro 3** apresenta um panorama da evolução dos sistemas de saneamento básico de Amapá do Maranhão nos anos de 2000 e 2010, os indicadores: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos, tiveram uma elevação significativa de 49,54p.p; 26,75p.p; 26,85p.p respectivamente.

Quadro 3 – Evolução do Sistema de Saneamento Básico – Amapá do Maranhão- 2000-2010

Ano	Abastecimento de água /rede geral %	Esgotamento Sanitário/fossa séptica %	Resíduos Sólidos/coleta %
2000	1,03	2,72	1,03
2010	50,57	29,47	27,88

Fonte: IBGE, 2010

A problemática no Município é evidenciada pela ausência das condições mínimas de infraestrutura necessárias para atender as exigências de melhoria dos indicadores de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e resíduo.

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

www.imesc.ma.gov.br